



Ministério da
Cultura



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES CULTURAIS DOS ESTADOS DO
NORDESTE**

CLEONILSON ALVES DA SILVA

**POLÍTICA CULTURAL EM ALAGOAS (2008-2013):
DOIS PASSOS EM FRENTE, UM PASSO ATRÁS**

Maceió
2014

CLEONILSON ALVES DA SILVA

**POLÍTICA CULTURAL EM ALAGOAS (2008-2013):
DOIS PASSOS EM FRENTE, UM PASSO ATRÁS**

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, promovido pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e o Ministério da Cultura, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Coelho Borges Farias

Maceió
2014

CLEONILSON ALVES DA SILVA

**POLÍTICA CULTURAL EM ALAGOAS (2008-2013):
DOIS PASSOS EM FRENTE, UM PASSO ATRÁS**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Cultural pela Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 26 de novembro de 2014.

Banca examinadora

Prof. Dr. Sérgio Coelho Borges Farias
Doutor em Artes pela Universidade de São Paulo

Msc. Hérrisson Fábio de Oliveira Dutra
Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Aos professores do curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, pela contribuição para uma abordagem mais ampla da gestão cultural;

Aos colegas, pelo convívio e aprendizado conjunto;

Ao compadre e amigo de décadas, jornalista Plínio Jayme Vieira Lins, pela cuidadosa revisão ortográfica;

Ao amigo de décadas, Secretário de Cultura de Alagoas, Osvaldo Viégas, que abriu gavetas, armários e baús, para que tivesse acesso amplo, geral e irrestrito aos documentos que fundamentam essa monografia;

Ao Professor Dr. Sérgio Coelho Borges Farias, orientador deste trabalho, pelas observações objetivas e incentivadoras.

Ao Professor Me. Hérrisson Fábio de Oliveira Dutra, pelas críticas e sugestões

SILVA, Cleonilson Alves da. Política Cultural em Alagoas (2008-2013) : Dois Passos em Frente, Um Passo Atrás. 45 p. il. 2014. Monografia (Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RESUMO

O trabalho aqui apresentado é um estudo parcial, sobre as contradições existentes entre a proposta de política estadual de cultura em Alagoas, elaborada pela Secretaria de Estado da Cultura (2008-2013); as ações do Gabinete do Governador de Alagoas nesse campo, interferindo diretamente em sua execução, bem como o papel do Ministério da Cultura nesse contexto. Seu objetivo é demonstrar a fragilidade da implementação de uma política estadual de cultura diante, de um lado, da incompreensão do Chefe do Executivo Estadual sobre a importância e transversalidade da cultura na administração pública; de outro, a falta de diálogo entre os que elaboram programas e projetos culturais nacionais e aqueles que deveriam acompanhar e fiscalizar sua execução nos estados.

Palavras Chaves: Política Estadual de Cultura. Implementação. Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas. Governo de Alagoas. Ministério da Cultura.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. CULTURA E POLÍTICA CULTURAL	07
2.1 MARCOS INICIAIS DA POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL.....	08
2.2 POLÍTICA CULTURAL PÓS-DITADURA.....	11
2.3 UMA NOVA POLÍTICA CULTURAL?	13
3. ALGUNS INDICADORES CULTURAIS EM ALAGOAS (2005-2012)	17
4. A DIMENSÃO SOCIOLÓGICA DA CULTURA OU COMO ESTABELECEM PRIORIDADES NA POLÍTICA ESTADUAL DE CULTURA (teatro, dança, música, audiovisual, patrimônio material e imaterial)	18
5. A POLÍTICA ESTADUAL DE CULTURA (SECULT) 2008-2013.....	25
5.1 POLÍTICA CULTURAL: PARA QUAL PÚBLICO?	26
5.2 POLÍTICA ESTADUAL DE CULTURA: FUNDAMENTOS E IMPLEMENTAÇÃO (2008-2009)	28
5.3 NADA DO QUE FOI SERÁ DE NOVO DO JEITO QUE JÁ FOI UM DIA – OS ANOS 2008-2009.....	33
6. A POLÍTICA ESTADUAL DE CULTURA (GABINETE DO GOVERNADOR) – 2008-2013.....	35
7. ENTRE A CRUZ E O MINC: A POLÍTICA ESTADUAL DE CULTURA DO MINC (2008 – 2013)	36
8. SECULT: A ARTE DE SE VIRAR NOS TRINTA.....	39
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	47
APÊNDICE.....	49
ANEXO.....	57

1. INTRODUÇÃO

Até a véspera da posse do governador eleito de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, no dia 1º de janeiro de 2007, o Secretário de Cultura do Estado escolhido era um, e no dia da posse, terminou sendo outro. Como noticiou o site “Alagoas 24 Horas”, às 20h17 do dia 31 de dezembro de 2006:

Antes mesmo de tomar posse como governador de Alagoas, nesta segunda-feira, dia 1º, o governador eleito Teotônio Vilela Filho (PSDB) promove a primeira mudança em sua equipe de secretários. Osvaldo Viégas, que havia sido anunciado para a Secretaria de Ciência e Tecnologia no dia 19 de dezembro, passa a ocupar a Secretaria de Cultura.

Apesar desse contratempo, o efetivamente escolhido, o biólogo e professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) Osvaldo Viégas, era um administrador público experiente, tendo exercido, dentre outros cargos públicos, os de assessor da presidência do Instituto do Meio-Ambiente de Alagoas, primeiro Secretário Municipal do Meio Ambiente de Maceió e diretor técnico do Sebrae/AL por seis anos.

No documento público “Alagoas – Desenvolvimento e Bem-Estar Social – Programa de Governo Teotônio Vilela Filho”, de agosto de 2006, das 153 páginas, apenas seis são dedicadas ao setor cultural, com declarações de intenções gerais. Não haveria melhor previsão de qual lugar ocuparia a Cultura no rol das preocupações governamentais.

Num momento inicial, em 2007, foi fundamental diagnosticar que o órgão gestor da cultura no âmbito estadual – a Secretaria de Estado da Cultura (Secult) – estava totalmente desfocada de suas finalidades e desorganizada administrativamente. Resolver essas duas premissas essenciais era questão prioritária.

No plano administrativo, foi feita uma ampla reordenação, estabelecendo procedimentos básicos da administração pública, como tramitação adequada de processos, antes inexistente, e uma reformulação interna de cargos e pessoal, adequada ao que se pretendia executar. Paralelamente, estabeleceu-se o consenso do que a Secult não seria:

- Instituição realizadora de eventos;
- Secretaria de Cultura da capital;
- Fornecedora de grupos, músicos, etc. para outras instituições, inclusive do próprio governo.

A definição clara, precisa das finalidades da Secult: *promoção, preservação e valorização do patrimônio cultural alagoano, imaterial e material, utilizando-o como ativo para a promoção do desenvolvimento sustentável*, e tomando como base as diretrizes e ações aprovadas na 1ª Conferência Estadual de Cultura, realizada em 2005 e, até então, não sistematizadas. Este foi o norte condutor, daí em diante, da política cultural de Alagoas.

As políticas culturais no Brasil – ao longo do tempo – refletem, de certa forma, a apropriação do poder por determinados grupos políticos/ideológicos, o que resulta em acertos e descompassos. A busca pela compreensão de tais políticas encontra-se no entorno das relações entre políticas públicas nacionais de cultura e sua ressonância nas políticas estaduais de cultura, especificamente o caso do estado de Alagoas.

Trata-se, pois, de um estudo descritivo e reflexivo sobre as políticas públicas para o setor, em especial a Política Estadual de Cultura de Alagoas, tendo como fundamentação: estudos, pesquisas, entrevistas, leis e normas aplicáveis a área cultural.

Apresentamos os fundamentos que afirmam o alinhamento da política estadual com a política nacional de cultura, envolvendo a participação ativa da Secult para viabilizar, no Estado, os programas e projetos do MinC, a institucionalização da cultura através da realização de conferências municipais, da conferência estadual e da elaboração do Plano Estadual de Cultura.

Para uma melhor compreensão do aqui dito, elaboramos uma caracterização geral da política cultural em Alagoas, englobando o que denominamos as três políticas culturais do período (2008-2013), conflitantes às vezes, complementares nem tanto.

Optamos, por considerar de mais fácil entendimento para os que desconhecem as nuances das Alagoas, situar a luta de classes no Estado como se apresenta na gastronomia, para contextualizar o campo de atuação da política estadual de cultura e, sobretudo, por considerar que uma das culinárias de origem popular tão pouco registradas – espremida entre as culinárias baiana e pernambucana – vem desaparecendo, e sua transformação não lhe faz justiça em prazeres e sabores.

O espaço da culinária de origem popular de Alagoas é um campo de antagonismo, de conflitos e de poder. Tal qual as lutas populares no estado, o que vai sobrevivendo é algo que possa ser palatável, digerível pelo provincianismo burguês. A diversidade da comida originária dos sertões, lagoas, rios e mar, não existe. Assim como o cardápio cultural servido

aos alagoanos é de uma padronização medonha, o cardápio culinário, servido como sendo de origem popular, é intragável.

Ousamos invocar Mestre Graça, não como seu discípulo ou como se fosse capaz de escrever com sua singularidade, originalidade e talento, mas como testemunho do esforço para que este texto tivesse clareza e concisão, ainda que a centenas de léguas do que ele foi capaz:

Deve-se escrever da mesma maneira com que as lavadeiras lá de Alagoas fazem em seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer. (SILVEIRA, 2013)

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral – Promover uma reflexão sobre a construção e implementação da política estadual de cultura, no período de 2008-2013.

2.2

Objetivos Específicos

- Relacionar, os programas e principais projetos que formaram a base da elaboração da política estadual de cultura e os obstáculos em sua implementação;
- Identificar os problemas decorrentes da participação direta do Gabinete do Governador de Alagoas, na execução da política estadual de cultura;
- Levantar subsídios quanto a atuação do MinC em Alagoas e, se suas ações, se adequavam e/ou foram complementares com a política estadual de cultura.

3. CULTURA E POLÍTICA CULTURAL

Cultura é um conceito extremamente delicado e complexo. Em alguns casos, é de uma amplitude impossível de abarcar e, por conseguinte de difícil aplicação prática, como referência. Portanto, antes de abordar a Cultura, é preciso escolher – dentre muitas – aquela abordagem que permita uma visualização dialética de seu conteúdo, que tenha significado não apenas teórico, mas, sobretudo, como substância da práxis cultural. A cultura está sendo aqui considerada em suas dimensões antropológica e sociológica, que por sua vez apresentam campos e substratos diferenciados:

Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas [...] Dito de outra forma, a *cultura é tudo* que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando. (BOTELHO, 2001, p. 03 e 04, grifo do autor).

Forma-se o que é considerado identidade cultural, ou o ato de reconhecimento, pertencimento ao grupo, por conta das afinidades do dia-a-dia, da camaradagem, do compartilhamento de esperanças, desejos de consumo, de espaços, de festas, e de fora é visto como um grupo pretensamente coeso, que tem identidade.

Já a dimensão sociológica da cultura, de certa forma, impõe limites, delinea, conforma o campo de intervenção, delimita o universo onde a política cultural verdadeiramente tem sentido: em setores mais facilmente identificáveis e possíveis de ser trabalhados. É preciso, pois, retirar da magnitude da dimensão antropológica aquilo que de alguma forma dificulta, impossibilita até, o atendimento das demandas culturais.

Se antes a cultura era tudo, agora ela só tem sentido se for epistemologicamente separada e reagrupada, o que, ao final do processo, significa enxergar *de per si* a cultura como um conjunto de microrepresentações, que fazem parte agora de um universo palpável, receptivo a intervenções, reflexões, mensurações e soluções.

Não faz sentido, portanto, continuar a tomar a cultura como algo natural, que faz parte da vida da sociedade, sem contextualizar – temporalmente – qual a sua importância simbólica para o cotidiano dos cidadãos.

E o que é essencial nos vários campos abrangidos pela cultura? O estabelecimento de uma política cultural que leve em consideração as duas dimensões da cultura – indissociáveis – e que seja receptáculo das demandas culturais da sociedade, assumindo aquelas que são inerentes ao campo cultural e dando a estas caráter prioritário em sua implementação.

Uma política cultural que queira cumprir a sua parte tem de saber delimitar claramente seu universo de atuação, não querendo chamar a si a resolução de problemas que estão sob a responsabilidade de outros setores do governo (BOTELHO, 2001, p.06).

3.1. Marcos iniciais da política cultural no Brasil

Considerando como ato inaugural – no sentido do estabelecimento de objetivos de cunho cultural a serem perseguidos – os primeiros anos da década de 30 do século passado, no início do Governo Vargas, mas consistentemente com a instauração do Estado Novo, como forma de legitimação das ideias de uma “nova” sociedade que se pretende construir, sob os escombros da República Velha, é uma forte referência do uso da cultura como método de cooptação.

A cooptação se dava entre os intelectuais de cunho nacionalista no seu sentido mais amplo, pois conviviam – capitaneados por Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde – no aparato estatal Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Lúcio Costa, Lourival Fontes, Villa-Lobos, Cândido Portinari e Burle Marx, entre outros.

O fato é que tanto nos regimes ditatoriais no Brasil quanto nos períodos democráticos, dois aspectos umbilicalmente ligados se destacam: a falta de *centralidade da cultura na formulação de políticas públicas*, tendo como resultado *poucos recursos carregados para o setor*.

No período compreendido entre o fim do Estado Novo e a instauração da ditadura militar de 64 do século passado, pouco foi feito institucionalmente para a implementação de uma política pública de cultura, no sentido da participação popular na sua formulação e na fruição de seus resultados.

O contexto cultural, quando do golpe militar de 64, apresentava uma enorme efervescência: Cinema Novo, popularização da Bossa Nova, Centro de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes, o famoso CPC da UNE, que se baseava na experiência vitoriosa do Movimento de Cultura Popular (criado em 1960, durante a gestão de Miguel Arraes na prefeitura de Recife).

As experiências estéticas/políticas (no teatro, na arquitetura, na música e no cinema, principalmente) levadas a cabo no início da década de 60 floresciam num ambiente de liberdade de expressão. A ditadura militar, ao restringir a liberdade, de certa forma cria dificuldades para o pleno exercício do processo criativo.

Incompatíveis com os novos tempos, as experiências estéticas/políticas no campo da cultura, se não são completamente interrompidas, sofrem um duro revés e a repressão passa

ser a tônica: “(...) porque o que existe, hoje, neste país, é um imenso, gigantesco e ignominioso IPM contra a Cultura”, denuncia Nelson Werneck Sodré no número inaugural da Revista Civilização Brasileira, em março de 1965. (WERNECK apud MAIA, 2012, p. 36)

A prisão do editor Ênio Silveira, proprietário da editora Civilização Brasileira, uma das principais da época, resultou no manifesto *Intelectuais e Artistas pela Liberdade*, denunciando a prisão e exigindo a libertação do editor.

O marechal-presidente Castello Branco, em correspondência ao general Ernesto Geisel, em maio de 1965, questiona: “Por que a prisão do Ênio? Só para depor? A repressão é contrária a nós. [...] Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns [alguns!] livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural. (apud MAIA, 2012, p. 36/37, grifo do autor).

Com a ditadura militar repete-se a necessidade de cooptação e legitimação da época de Vargas. Órgãos importantes são criados: Instituto Nacional de Cinema – INC (1966), Conselho Federal de Cultura – CFC (1966), Departamento de Assuntos Culturais – DAC (1970), Fundação Nacional das Artes – Funarte (1975), Embrafilme (1975) e Radiobrás (1976), dentre outros.

O Conselho Federal de Cultura (CFC), como instituição responsável pela formulação geral das diretrizes para a cultura, entre 1967 e 1985, era formado por intelectuais que tinham protagonismo no setor, desde os anos 1930. “Oriundos das correntes modernistas de caráter conservador, resgataram parte do projeto desenvolvido por muitos deles a partir do primeiro governo Vargas (1930-1945)” (MAIA, 2012, p. 230).

Fizeram parte do CFC, entre outros, Ariano Suassuna, Manuel Diégues Júnior, Roberto Burle Marx, João Guimarães Rosa, Rachel de Queiroz, Gilberto Freyre, Afonso Arinos de Mello Franco, Rodrigo Mello Franco de Andrade. Ao emprestar seus nomes, em certa medida, contemplavam os difusos interesses da ditadura militar no setor, dando aceitabilidade e legalidade a seus atos.

Esse projeto modernista, notadamente conservador, foi centralizado com a criação do CFC, e só foi esgotado, a partir de 1975, com o lançamento da Política Nacional de Cultura, assinada por um grupo de técnicos ligados ao DAC, na gestão Ney Braga (1974-1978). (MAIA, 2012)

À parte, como um apêndice, surge o nome do designer Aloísio Magalhães que, como um Fausto tupiniquim, irradiado de energia, paixão e idéias, tem papel relevante na cena cultural da época, tanto como um dos criadores do Centro Nacional de Referência Cultural como diretor do IPHAN (1979) e Secretário de Cultura do MEC (1981).

Magalhães elege como prioridade política a dimensão antropológica da cultura e opta por um olhar secundário para a produção artística, em virtude de seu potencial contestador, transgressor, que incomoda os detentores do poder naquele momento, os militares. Segundo Botelho, “por trás de um discurso altamente politizado em favor das populações carentes e marginalizadas, ele evitou problemas maiores com o regime e fortaleceu sua posição política no governo”. (Aloísio Magalhães, um estrategista da cultura, BOTELHO, <http://aloisiomagalhaesbr.wordpress.com/>, acessado em 05/09/2014, as 11:55.)

Não por acaso, segundo Botelho:

“O documento que expressa a política cultural do período e que foi ‘elaborado’ pelo conjunto de técnicos das instituições – onde a área da produção cultural representava cerca de 15% dos 150 técnicos reunidos em Brasília – focaliza rapidamente o fluxo criador contemporâneo, por insistência e exigência de Mário Brockmann Machado, então diretor-executivo da Funarte”. (BOTELHO, <http://aloisiomagalhaesbr.wordpress.com/>, acessado em 05/09/2014, as 11:55.)

Rubim afirma que somente as “políticas submetidas ao debate e crivo públicos podem ser consideradas substantivamente políticas públicas de cultura” (2006, p. 11). O resultado é que, durante a ditadura militar, permaneceu inexistindo uma política pública de cultura no sentido aqui empregado, e nem poderia.

A política pública de cultura que nos interessa precisa ser legitimada pela sociedade e pelos elos intermediários, transmissores e executores dessa política. Não se concebe, por mais experiência, saber, reconhecimento público ou reconhecimento técnico, que a formulação de diretrizes para a área seja concebida por iluminados.

3.2. Política cultural pós-ditadura

A derrota da ditadura militar e a instauração de um governo democrático propiciou as condições necessárias, durante o governo Sarney (1985-1990), para a criação do Ministério da

Cultura (MinC), em 1985. No ano seguinte, foi instituída a primeira lei federal de incentivo à cultura (Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986), que ficou conhecida com Lei Sarney.

O primeiro presidente eleito diretamente pelo povo, após a derrota da ditadura militar, Fernando Collor, sob a égide de menos Estado e mais mercado, extingue em 1990, não apenas o MinC (transformado em secretaria vinculada ao gabinete da Presidência), como também toda a legislação federal de incentivo à cultura.

No final de 1991, Collor restabelece princípios da Lei Sarney e institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), através da [Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991](#), que ficou conhecida como Lei Rouanet e que ainda hoje serve de base para a renúncia fiscal direcionada para a cultura.

Entretanto, os ventos democráticos iniciais tampouco resultaram em política pública de cultura no país – Sarney e Collor fizeram intervenções pontuais com graves conseqüências para a cultura brasileira, principalmente o segundo. O sucessor de Collor, Itamar Franco, reconsiderou algumas de suas decisões, como a extinção do Ministério da Cultura.

O governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso, retoma e agudiza o processo neoliberal iniciado por Collor. O desmonte do Estado brasileiro, levado a cabo no período, atingiu em cheio a cultura, sob o lema “*cultura é um bom negócio*” e a total submissão da cultura ao mercado, através da retração dos investimentos diretos e o estímulo aos “investimentos” culturais, via renúncia fiscal, como prioritários.

É somente a partir do governo Lula (2003-2010), que a cultura deixa de ocupar o caderno B dos grandes jornais e começa a ter importância política, menos pela personalidade que ocupava a pasta, o cantor e compositor Gilberto Gil, e mais por aquilo que dizia e inaugurou. Pela primeira vez são mencionadas, como bases teóricas da formulação de uma política pública de cultura no Brasil, as dimensões simbólica, cidadã e econômica.

Durante o período de Gil e Juca Ferreira (secretário-executivo de Gil e depois seu substituto no MinC), o otimismo foi a semente criativa entre os fazedores de cultura, tendo como bandeira a institucionalização da cultura: Sistema Nacional de Cultura, Conselho Nacional de Política Cultural, Conferências Nacionais de Cultura, Plano Nacional de Cultura e fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura.

Parecia que uma nova era se iniciava para a cultura. Atacava-se de frente dois dos seus principais dilemas: a falta de um arcabouço institucional (decorrente da falta de prioridade à cultura no governo) e, ao mesmo tempo, havia a tentativa de fazer voltar ao Estado o papel de formulador de políticas públicas, através do fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura.

O período atual é de incertezas: se num breve período do governo Dilma o projeto do Ministério da Cultura foi de desmonte dos principais programas e projetos da era Gil-Juca, agora, na gestão de Marta Suplicy, falta clareza de rumos. Não por acaso, já estamos no 3º (terceiro!) secretário-executivo em pouco menos de dois anos. Convém lembrar que não faz muito tempo, em dez anos, foram nove os dirigentes da cultura em nosso país.

Uma das mudanças mais propaladas pelo MinC, no período entre a realização da I e da III Conferência Nacional de Cultura, seria a desconcentração de programas e projetos, antes concentrados no eixo Rio-São Paulo. O discurso oficial elenca uma série de ações no conjunto dos estados: desde os Pontos de Cultura, passando pelos microprojetos culturais e convênios de capacitação nas mais diversas áreas, entre outros. A execução das atividades mencionadas fundamentaria a mudança.

As relações político-administrativas estabelecidas entre a Secretaria de Cultura de Alagoas (Secult) e o MinC, durante o mandato do ex-presidente Lula, foram das mais promissoras, o mesmo não acontecendo com o da atual mandatária, Dilma Rousseff. A relação Secult-MinC se pautava pelo alinhamento da política estadual com a política nacional para o setor e as diretrizes do Plano Nacional de Cultura (PNC). Uma demonstração inequívoca desse alinhamento se dá quando da eleição dos novos membros do Conselho Nacional de Política Cultural, quando a Secult promove uma ampla mobilização em três frentes: 1) mobilizando os representantes das linguagens para a participação no processo eleitoral; 2) apoiando e incentivando o cadastramento dos eleitores e candidatos; 3) que os delegados alagoanos eleitos participassem dos Fóruns Nacionais em Brasília, e o Estado de Alagoas obtém um número expressivo de delegados. **TABELA 1**

Segundo entrevista concedida pelo Secretário de Cultura de Alagoas, via e-mail, em 23 de setembro de 2014, a relação amistosa e próxima do governador¹ com o presidente Lula, devido à convivência de ambos no Congresso Nacional e, também, ao papel desempenhado pelo pai, o senador Teotônio Vilela, na luta pela redemocratização do País; e a atitude

¹ Embora o governador de Alagoas fosse filiado ao PSDB, isso em nada impediu o alinhamento da política estadual de cultura com a política nacional de cultura.

republicana adotada pelo governo federal no apoio dado pelos diversos ministérios ao Estado, tão bem caracterizado no tratamento concedido pelos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira a Alagoas e à Secretaria de Estado da Cultura, são também responsáveis pelo alinhamento da Secult com o MinC.

3.3. Uma nova política cultural?

O Estado brasileiro é aqui considerado como uma instituição organizada para a defesa do *status quo*, com todo seu aparato repressivo, burocrático e simbólico necessário para manter, em bases mais ou menos aceitáveis pela sociedade, o exercício do monopólio do poder político-econômico pelos representantes das grandes corporações financeiras nacionais e internacionais.

A eleição do presidente Lula inaugura uma tentativa de formação de um novo pacto político, fundamental para a manutenção dos “fundamentos sólidos de nossa economia”, como passou a ser chamada toda política de acomodamento com os interesses das corporações financeiras locais e estrangeiras.

A disseminação de políticas sociais dos mais variados matizes e a incorporação ao mercado consumidor de milhões de brasileiros tem sido a contrapartida do governo aceita (não sem objeções) pela facção hegemônica de poder, na tentativa de manter o *status quo*, em novas bases.

Assim é que os fundamentos em que se assentava, até o início do governo Lula, o arcabouço institucional da cultura precisaram ser alterados para incorporar ao “*consumo cultural*” os milhares de “fazedores” culturais que não mais podem continuar sendo alienados das políticas públicas de cultura.

Algumas das respostas oferecidas pelo MinC geraram um protagonismo das camadas mais pobres da população, surpreendente e ao mesmo tempo inquietante, se tolhidas em sua criatividade e em sua nova forma de atuar culturalmente.

A diversidade cultural brasileira – um mantra tantas vezes repetido – exige imersões locais, sob pena de ideias inovadoras se transformarem em simulacros pela burocracia acostumada ao autoritarismo, de tradição secular no país.

A incapacidade de discutir a elaboração de programas e projetos com os demais entes federados pode distorcer o papel de canais democráticos de participação da sociedade na

elaboração de políticas públicas de cultura, transformando-os em instrumentos de legitimação de práticas antidemocráticas e autoritárias.

O republicanismo iniciado na gestão Gil-Juca não teve consequência entre seus sucessores. Quase quatro anos após, a saída de Juca Ferreira, o MinC continua olhando olímpicamente para as políticas públicas estaduais de cultura e, no caso de Alagoas, completamente alheio, apesar do alinhamento do estado com a política nacional de cultura.

A desmontagem da política nacional de cultura do governo Lula, empreendida pela então ministra da Cultura, Anna de Holanda (se não de toda ela, mas de seus principais componentes, com destaque para a quase extinção do programa Cultura Viva – Pontos de Cultura), se fez sentir, também, na diminuição dos convênios firmados com o MinC pela Secult.

A nova ministra da Cultura, Marta Suplicy, antes de assumir, logrou um grande feito político, ao conseguir a aprovação, pelo Senado Federal, em pouco mais de 24 horas, da Lei que instituiu o Sistema Nacional de Cultura. Figura proeminente nas hostes petistas, no entanto ela pouco tem feito para avançar nas mudanças reais (fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura) que se esboçavam na gestão de Gil e Juca.

Apesar do pouco tempo, a ministra Marta Suplicy revelou-se um quadro político – na mais perniciosa conotação que o termo pode envolver –, ao substituir a relação republicana entre a União e os estados, estabelecida por seus antecessores (Gil e Juca), pelo aparelhamento do MinC para fins partidários.

Emblemático dessa mudança foi o edital lançado este ano (2014) pelo MinC, para acesso aos recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC), exigindo que os estados interessados tivessem uma lei de criação do Sistema Estadual de Cultura, desconsiderando, por exemplo, o caso de Alagoas, que tinha já constituído seu sistema através de leis próprias: Secretaria Estadual de Cultura, Fundo Estadual de Cultura, Plano Estadual de Cultura, Conselho Estadual de Cultura e Conferência Estadual de Cultura.

O argumento solerte, capcioso do MinC, sobre o porquê de apenas os estados com leis de criação de sistemas estaduais de cultura poderem participar do referido edital, remete ao § 4º do Art. 216-A, que criou o Sistema Nacional de Cultura, quando é apenas dito que “os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias”.

“O MinC formulou o Edital, a emenda constitucional ainda não foi regulamentada e não havia obrigação, para transferências voluntárias, da exigência dos ‘sistema criado por lei’, que, o Ministério tinha conhecimento, só seria atendido por meia dúzia de estados.

Opinião sumária: posição obtusa, nada republicana, de quem resolveu desrespeitar determinação do CNPC e jogar o jogo com poucos!” (Viégas, entrevista citada) ²

Na realidade, as instâncias deliberativas e consultivas à disposição do MinC não são usadas como formas democráticas, efetivas, de participação na formulação de políticas públicas de cultura para o país. São penduricalhos de luxo que, em alguns momentos, podem até ser utilizados, se as aparências exigirem uma certa dose de democracia.

Senão vejamos: o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Cultura do Brasil encaminha proposta sobre liberação dos recursos do FNC para os estados e municípios e solicita do MinC um pronunciamento oficial à respeito do assunto, resultando na Nota Técnica nº 01/2009-DGE/SE/MinC.

Por sua vez, o Conselho Nacional de Política Cultural, emitiu duas resoluções referindo-se à Nota Técnica mencionada anteriormente, através das resoluções:

Resolução CNPC, nº 3 de 16/112/2009

“II - Utilizar como referência, na alocação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura - FNC os critérios propostos na Nota Técnica nº 01/2009-DGE/SE/MinC, em especial o seu Anexo VI, que sugere ao MinC a aplicação de 30% do total dos recursos em projetos nacionais (não-regionalizados).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA
Presidente do Conselho

GUSTAVO VIDIGAL
Secretário-Geral

Resolução CNPC, nº 4 de 08/12/2010

VII - utilizar como referência, na alocação dos recursos do FNC, os critérios propostos na Nota Técnica nº 01/2009-DGE/SE/MinC, em especial o seu Anexo VI, disponibilizando até

² Anexo 1

30% (trinta por cento) dos Recursos do FNC para repasse aos Estados, e do montante geral destinado aos Estados, 50% (cinquenta por cento) será repassado aos respectivos Municípios.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANNA MARIA BUARQUE DE HOLLANDA
Presidente do Conselho

JOÃO ROBERTO COSTA DO NASCIMENTO
Secretário-Geral

Ou seja, duas resoluções do Conselho Nacional de Política Cultural, assinadas por dois ministros diferentes, referenciando a alocação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura para repasse aos estados e municípios, e o MinC se sai com um edital de acesso para beneficiar meia dúzia de estados comandados por seus apaniguados, sem levar em consideração o Anexo VI da referida Nota Técnica. **TABELA 2**

O secretário Viégas faz um relato detalhado desse processo:

O Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC tem, como atribuição regimental, definir as diretrizes para a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura – FNC. O Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Cultura – FNSDC apresentou e aprovou, ainda em 2009, diretriz visando à melhor distribuição regional desses recursos, preocupação da qual comungo e que é objeto de discussões naquele Fórum, pelo menos desde 2007, a partir de quando passei a fazer parte. Aquela resolução (Resolução nº01), em que pese aprovada e ter por base sugestão do próprio MinC, constante da Nota Técnica nº 01/2009-DGE/SE/MinC, nunca chegou a ser executada pelo MinC, havendo sido renovada em anos posteriores. No ano de 2013, o Fórum tomou conhecimento de que os critérios de distribuição ali relacionados haviam sido incorporados na Portaria nº 156, de 6 de dezembro de 2012, que aprova o Pronac – Plano de Trabalho Anual do Programa Nacional de Apoio à Cultura, do qual faz parte a destinação dos recursos do FNC. Ali havia a previsão do repasse de R\$ 75 milhões para estados e municípios, através de transferências voluntárias (convênios), uma vez que a regulamentação do mecanismo de transferência fundo a fundo ainda não havia sido regulamentada. Naquele momento, o FNSDC apresentou documento à Ministra, propondo que o MinC conveniasse com todos os estados, de acordo com os critérios aprovados na Portaria do Pronac e que os convênios fossem viabilizados, ainda em 2013, para um efetivo exercício do Sistema Nacional de Cultura, em 2014. Infelizmente, o MinC encerrou o ano sem dar qualquer resposta. Nossa proposta era de exercício imediato do Sistema, através das transferências voluntárias **conforme assegurava a Portaria;** com relação ao Edital, o MinC poderia ter discutido minimamente com os

estados, pois com certeza reforçaríamos a posição firmada no ano anterior: distribuição dos recursos disponíveis para todos, segundo critérios já definidos e **aprovados pelo CNPC.**³

4. ALGUNS INDICADORES CULTURAIS EM ALAGOAS – 2005-2012

Algumas informações surgidas recentemente, através da pesquisa *Sistema de Informações e Indicadores Culturais - 2010*(Ministério da Cultura, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e IBGE), de certa forma, indicam as limitações de acesso aos bens e serviços culturais no Brasil.

Os dados são relevantes, pois mostram ainda que de forma parcial, uma radiografia da cultura no Brasil, enquanto setor produtivo. Em 2003, as famílias brasileiras gastaram em média, 4,4% do seu orçamento com produtos e serviços relacionado à cultura, em 2009, uma média de 5,0%.

Entre 2007 e 2010, os gastos da administração pública destinados à cultura, “totalizam 0,3% do total das despesas consolidadas da administração pública em cada ano”. As despesas do governo federal foram de R\$ 824,4 milhões (equivalente a 18,7% do total de recursos para cultura, em 2007) para R\$ 1,5 bilhão (20,5%, em 2010), sem contar os recursos da renúncia fiscal.

Como não existe vinculação dos gastos com a cultura em relação à receita governamental, como acontece com as transferências obrigatórias de recursos para a saúde e a educação, e ainda com a agravante da enorme concentração de renda e da exclusão no país, essa soma de fatores impede que os gastos públicos com o setor cultural sejam mais elevados.

Enquanto isso, os estados gastaram R\$ 1,4 bilhão (32,3%) em 2007 e R\$ 2,5 bilhões (34,9) em 2010 e os municípios R\$ 2,2 bilhões (49,0%) em 2007 e R\$ 3,2 bilhões (44,5%) em 2010, continuando estes, dentre os entes federados os responsáveis pelos maiores dispêndios em relação ao total de gastos públicos com cultura.

Segundo o levantamento, os gastos maiores com a cultura por parte dos municípios, é explicado pela proximidade da demanda cultural e de maior suscetibilidade as “*pressões diretas de produtores e consumidores de bens culturais e lazer para o financiamento público.*”

³ Anexo 1

Do total de municípios brasileiros, em 2006, apenas 4,2% possuíam secretarias exclusivas de cultura, enquanto que em 2012, já atingia 13,5%. Em Alagoas, havia 10 municípios com secretarias exclusivas, enquanto que em 2012, somavam 26, equivalente a $\frac{1}{4}$ dos municípios alagoanos. Nos demais: 60, em conjunto com outra secretarias; 12 subordinadas a outras secretarias; 01 subordinada ao prefeito; 01 da administração indireta e 02, não possuíam estrutura específica.

Com reação a alguns equipamentos culturais importantes, disponíveis para os alagoanos, apenas cinema (03, em 2009 e 08, em 2012), centros culturais (20, em 2009 e 26, em 2012) e estádio ou ginásio esportivo (75, em 2009 e 87, em 2012), museus (18, em 2009 e 25, em 2012), teatro ou sala de espetáculo (12, em 2009 e 16, em 2012) aumentaram de quantidade de forma significativa.

5. A DIMENSÃO SOCIOLÓGICA DA CULTURA OU COMO ESTABELECEM PRIORIDADES NA POLÍTICA ESTADUAL DE CULTURA (teatro, dança, música, audiovisual, patrimônio material e imaterial)

Grande e estranho é o mundo. Podemos dizer o mesmo sobre Alagoas, mais especificamente sobre sua identidade cultural: quais símbolos, expressões e características de sua população são comuns e capazes de, *per si*, obterem um significado único, o RG de alagoano? Existe realmente algo que identifique facilmente os nascidos nas Alagoas?

Bastam alguns indicadores para se ter uma ideia da crescente elitização da cultura em Alagoas. Do lado da oferta, os alagoanos comuns, maioria da população, não têm contato com expressões artísticas locais, nacionais e internacionais de qualidade.

Os poucos equipamentos culturais existentes em Alagoas (do tipo cinema e teatro) estão quase todos concentrados em Maceió, e o acesso é caro. Os ingressos para o cinema, que há quatro décadas custavam o equivalente a centavos de dólar, chegam a custar atualmente cerca de US\$ 10.

No teatro não é diferente. Embora o centenário Teatro Deodoro tenha passado quase uma década fechado (entre 1990 e 1998), era o único à época em condições de receber grandes espetáculos, resultando daí enormes prejuízos para a formação de plateias. E hoje, se já existem mais teatros (o do Colégio Marista e o Gustavo Leite), ainda assim o acesso continua restrito.

Nos shows e espetáculos teatrais nacionais, os ingressos, em média, variam entre US\$ 30 e US\$ 75. Embora os preços sejam bem mais baixos nos shows e espetáculos teatrais locais (cerca de US\$ 5), ainda assim o acesso é limitado, embora existam projetos específicos com ingressos a US\$ 4.

Além do mais, houve uma queda na já diminuta produção local, provocada por fatores estruturais que impedem um maior dinamismo nessa área: falta de formação cultural da população e a conseqüente baixa frequência do público ao teatro; mesmo aquele que pode pagar o ingresso só vai ao teatro quando estão em cartaz produções nacionais, com atores globais conhecidos, ou produções locais excepcionalmente divulgadas.

Diante da falta de público (exceção feita ao *teatro infantil*, cujos ingressos são comercializados antecipadamente com escolas), os espetáculos enfrentam imensas dificuldades para ser montados, preferindo-se aqueles com reduzido elenco de atores, já que é difícil reunir uma quantidade maior, pois estes possuem outros afazeres e não sobrevivem apenas da profissão.

A falta de financiamento continuado – público ou privado – impede uma maior qualidade na montagem dos espetáculos (como cenário, figurino, etc.) e mesmo quando essa barreira é arduamente superada, a pauta dos teatros cobrada dos grupos locais é muito cara.

A música em Alagoas, embora possua uma produção de bom tamanho, não tem canais de escoamento. Ao lado do apoio à produção musical, impõe-se a criação de canais de distribuição, tanto no formato convencional (CD) como através de outros suportes, dos quais o download, gratuito ou pago, é um exemplo.

Quanto à produção cinematográfica, as mudanças nas condições materiais das filmagens acabou com o filme popular em Alagoas, rodado com câmera Super 8, editado na própria casa do realizador e que saía relativamente barato, existindo uma série de festivais nacionais para a exibição desses filmes, aí incluído o Festival de Cinema de Penedo, que propiciava uma filmografia local relativamente dinâmica.

A rapidez do avanço tecnológico voltou a facilitar a realização de filmes. Existem, hoje, festivais de filmes feitos pelo celular. Os preços das filmadoras digitais foram barateados, o que ampliou o número de pessoas com “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”, e as oportunidades de financiamento de curtas-metragens apareceram, indicando que há,

potencialmente, espaço para a retomada da produção cinematográfica em Alagoas em novas bases.

A SECULT firmou parceria com a Secretaria do Audiovisual do MinC para a implantação de um Núcleo de Produção Digital, a exemplo de outros dez estados brasileiros, com ações de fomento à produção, formação e difusão do audiovisual, além de oficinas voltadas para a capacitação em áreas como câmeras e mídias, desenvolvimento de roteiro, edição, animação, processos de produção e interpretação para atores. Essa iniciativa criou um ambiente favorável ao desenvolvimento do audiovisual no estado.

Em relação ao patrimônio material, Alagoas encontra-se numa posição muito difícil. O patrimônio arquitetônico do período colonial está muito deteriorado e requer uma efetiva política de preservação, englobando fiscalização, mapeamento e elaboração de um inventário do patrimônio tombado, atualizado.

É também tarefa do estado criar as condições necessárias para minimizar a deterioração do patrimônio histórico, além de estabelecer um programa de preservação das expressões arquitetônicas contemporâneas para que, no futuro, possam servir de referência para as gerações que estão por vir.

A situação do patrimônio imaterial – quanto ao seu conhecimento e preservação –, exceção feita ao denominado folclore (em termos comparativos), é também muito difícil. Tomemos como exemplo algumas áreas do patrimônio imaterial apenas para efeito de ilustração: o folclore, as culturas pré-colombianas, a cultura negra, o artesanato e a gastronomia.

Segundo Ranilson França, um dos maiores e mais respeitados conhecedores do folclore alagoano, recentemente falecido, Alagoas seria, ainda, um dos poucos estados onde as manifestações folclóricas tradicionais mantinham, no fundamental, o seu modo original de expressão:

O folclore é visto e dito como sendo sempre o mesmo, independente de tempo e lugar: é esta recolha permanente de objetos e atividades culturais que parecem fora do tempo; que parecem ser um conjunto disparatado e despropositado, uma feira de mangaio, um carnaval de bazarrias. (ALBUQUERQUE, 2013, p. 33-33)

As culturas pré-colombianas em Alagoas são escassamente estudadas e menos ainda conhecidas. Existe um vácuo pré-1500 na nossa história. De certa maneira, é preciso uma atuação indutiva do Estado para recuperar essa parte da história, de antes da colonização.

Pós-1500, sabe-se pouco, não o suficiente, mas sabe-se que os índios (caetés) foram dizimados, acusados da morte e do banquete antropofágico de Dom Pero Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil. Mais de 500 anos depois do início da colonização no país, o papel da Igreja e do Estado português no genocídio das culturas pré-colombianas ainda causa polêmica.

Quando em visita ao Brasil, o então papa Bento XVI proclamou que a vinda de jesuítas, franciscanos e dominicanos para a América, incentivados pelos reis de Espanha e Portugal, apoiados pela Santa Sé, para divulgar o “*anúncio de Jesus e de seu Evangelho não impôs, em momento nenhum, uma alienação das culturas pré-colombianas, nem foi uma imposição de uma cultura estranha*”. <http://goo.gl/vqRsZQ>, acessado as 11:26, de 3 de outubro de 2014.

A declaração papal referida acima foi retificada pouco depois pelo próprio pontífice: “*Não podemos ignorar os sofrimentos e as injustiças impostas pelos colonizadores às populações indígenas, cujos direitos humanos e fundamentais foram freqüentemente ultrajados*”. <http://goo.gl/BsvnG3>, acessado as 11:32, do dia 3 de outubro de 2014.

Já quanto à cultura negra, suas manifestações em Alagoas, como de resto no Brasil, são encaminhadas a um gueto cultural e ali ficam em exposição para deleite dos consumidores de danças folclóricas e celebrações religiosas e de um determinado tipo de música, dita de origem negra. Sua contribuição na história cultural alagoana é pouco mencionada: Zumbi, Quilombo dos Palmares e só. A importância deles para o processo de formação cultural de Alagoas é muito pouco discutida.

É verdade que não existe uma variedade muito grande no artesanato de Alagoas, pelo menos no registrado. Existem mestres artesãos de enorme talento, como *Mané da Marinheira*, que deixa seguidores, outros como “*seu*” *Fernando*, com seus bancos e figuras do Sertão, *Aberardo* e seus pássaros (ambos da Ilha do Ferro, em Pão de Açúcar), exímios na arte da escultura em madeira; *João das Alagoas*, **artesão do barro**. Sem mencionar outros artesãos que utilizam materiais diversos. São talentos individuais.

Embora, no geral, não exista muita variedade, é na área de rendas e bordados que se desenvolveu a verdadeira *vocação* do artesanato alagoano. Artesanato de beira de rio e de lagoa, feito basicamente por mulheres: *filé* (em Marechal Deodoro e no Pontal da Barra, Maceió), *redendê* (Porto Real do Colégio e Entremontes, Piranhas) e *boa-noite* (Ilha do Ferro, Pão de Açúcar), além do *labirinto* (Marechal Deodoro), todos complexos no fazer e sofisticados na delicadeza de seus resultados. São talentos coletivos.

No entanto, existem enormes dificuldades para se adquirir um autêntico produto alagoano de *rendas e bordados*, exceto alguns expostos no Pontal da Barra e nas localidades mencionadas. Nos demais lugares que comercializam artesanato, a maioria dos produtos é de outros estados. Não existe uma política de divulgação, autenticação e valorização do artesanato alagoano.

É na gastronomia, sem nenhuma dúvida, que a luta de classes é mais aguda e, ao mesmo tempo, mais camuflada. Não existem contradições visíveis, cada um sabe onde é seu lugar. Por isso, foi contemplada com uma atenção maior, pois aquilo que os números, os indicadores sociais e culturais mostram na teoria, a gastronomia corrobora na prática.

Ilustrativo desse fato é o evento ocorrido no dia 7 de setembro de 2014, intitulado “*Chefs na Praia*”. Realizado pela Associação dos Restaurantes da Boa Lembrança, ocupou uma parte da orla mais famosa e chique de Maceió, onde reside boa parte da burguesia alagoana. O tempo nublado, com vento frio e chuva fina em muito lembrava, para parte dos presentes, o inverno londrino, às margens do Tâmis. A comida dita sofisticada, mais elaborada, tem que ir aonde seu público está – mais do mesmo.

Ali, ao preço de 10 reais, era possível degustar pratos preparados pelos *chefs* mais renomados de Alagoas. O público presente em nada diferia dos contumazes frequentadores dos restaurantes ali representados, exceto pela quantidade de cães de raça, que acompanhavam *ladies e gentlemen* e disputavam espaço com os comensais.

A mesma gastronomia, sem o *glamour* encontrado no *boulevard* de Ponta Verde, no outro extremo, tem como um dos símbolos mais tradicionais um prato da cozinha alagoana de origem popular, o “sururu de capote”, como o prato “típico” das Alagoas.

Essa invenção – sobrenatural – faz com que o prato dito “típico” alagoano, ao contrário do acarajé (na Bahia) e do caranguejo uçá (Sergipe), facilmente encontráveis nesses estados, não seja encontrado em absolutamente nenhum restaurante alagoano. É, pois, um

símbolo inventado, criado, e que contudo não é aceito. Além do quê, não existe uma cozinha alagoana uniforme, que seja comum a todas as regiões alagoanas.

Existe, sim, uma cozinha alagoana de origem popular e na qual o “sururu de capote” se inscreve, contudo não é aceito como representante máximo da culinária do estado. Parece até uma ofensa que o *Mytella guianensis*, nome científico do molusco, cuja maior produção é retirada da lama do fundo da Lagoa Mundaú, comida de pobre, seja alçado a prato “típico” alagoano e em estudos para se transformar em patrimônio imaterial do estado.

Por outro lado, a padronização dos sabores eliminou as nuances que davam caráter à culinária alagoana de origem popular, à base de peixes e crustáceos. A ditadura do coco eclipsou os outros temperos que, em seu conjunto, operavam o prazer da gula. Mais do que em qualquer outro campo, é na gastronomia que se manifesta, com clareza e nitidez, o fosso que separa a Alagoas branca (?), de alma europeia, do *povo marrom*.

Enquanto aqueles sonhavam e, ainda sonham, com as delícias da culinária europeia, particularmente a francesa e seus acompanhamentos quase obrigatórios (champanhe, vinhos tintos e brancos, franceses e italianos), o *povo marrom* se encarregou da realidade, de criar pratos simples e complexos com a matéria-prima nativa e outras não tão nativas assim, mas ao alcance da mão e do bolso.

A combinação forçada do tradicional e do contemporâneo, da mistura de temperos exóticos, da ditadura do novo, está matando a culinária alagoana de origem popular (sem que daí resulte algo verdadeiramente novo, no sentido de prazeres e sabores), para agradar paladares que nunca se satisfizeram com o sabor da comida alagoana à base de seus tradicionais temperos: cominho, pimenta-do-reino, alho, folha-de-louro, colorau, vinagre, limão, tomate, cebola, pimentão, coentro e cebolinha, entre outros.

Para isso, eliminam-se da comida temperos e ervas tradicionais em nome de torná-la mais palatável ao gosto da elite e dos turistas. É a aculturação do sabor ao gosto do freguês; é a comida descaracterizada que é oferecida, como sendo a *típica*. Como nunca dantes, é o verdadeiro *gato por lebre*.

Nenhuma culinária, por mais tradicional que seja, está imune a mudanças. As combinações e incorporações de produtos e temperos são partes essenciais da dinâmica de arte da gastronomia. O resultado é, de fato, um sabor diferente, além daquele da comida denominada de típica.

A invenção do novo, o inexorável processo de mudança de uma determinada forma de expressão cultural – no caso, o modo tradicional de fazer comida –, é executada sem que se conheça o modo tradicional de fazer determinado tipo de prato.

Uma das principais características das classes dominantes de Alagoas é a ostentação e o luxo. A comida, portanto, traz qualquer coisa de farsesco em sua composição, pois corresponde a um modo de vida em que o que tem valor simbólico, por ser de origem popular, precisa ser desconstruído e tornado palatável.

Assim, a culinária alagoana dita contemporânea cumpre o papel de, ao invés de criar algo de novo com base na nossa cozinha de origem popular, cria algo sem originalidade, sem DNA, ao compatibilizar molhos e ervas incompatibilizáveis, para deleite dos incautos e de uma elite sedenta de pratos os mais diferentes possíveis daqueles ditos como sendo das Alagoas.

Abdicar do preconceito e se dedicar a estudar a culinária de origem popular alagoana – afinal, é a única que temos – é o caminho para sua permanência, sendo necessário um trabalho de pesquisa que dê sustentação às mudanças e perenidade ao novo, que ainda vem com um pouco de gosto do antigo, mas já não mais será o mesmo de antes.

O contexto gastronômico em Alagoas é o que melhor traduz, exterioriza e revela a estratificação social em Alagoas e a necessidade de uma política pública estadual de cultura, que seja planejada e executada tendo como referência as disparidades sociais, das quais a gastronomia – sem querer – talvez seja o melhor espelho na sociedade alagoana.

6. A POLÍTICA ESTADUAL DE CULTURA (SECULT) – 2008-2013

Dizia ironicamente um grande humorista, falando através de um personagem criado para um programa de TV, que o grande problema do Brasil era o povo. Esse é realmente um grande problema para as elites brasileiras e as alagoanas em particular. O que fazer com o povo, já que infelizmente (para as elites) ele não pode ser ignorado?

O campo da cultura é, talvez, aquele onde a luta de classes (conceito para alguns ultrapassado, fora de moda, *démodé*) se torna mais visível e agudo. No início dos anos 60, a peça teatral *A Mais-Valia Vai Acabar, Seu Edgar*, de Oduvaldo Vianna Filho, mais conhecido como Vianinha, apontava a necessidade da compreensão do cerne da exploração capitalista, para sua superação.

Vianninha morreu sem que o título de sua peça se materializasse e, seis décadas depois, ele ainda se encontra na ordem do dia, a despeito dos fukuyamas da vida, dos renegados do socialismo convertidos ao anticomunismo mais extremado, do atavismo individual irônico/doutrinário, dos defensores do primado da liberdade individual sobre a coletiva, num liberalismo tupiniquim que beira ao fascismo (o antigo Partido da Frente Liberal era, sua expressão partidária).

Em Alagoas, sem auxílio de fórceps, podemos dizer que nossa cultura nasceu e está alicerçada no escravismo, como base e esteio do latifúndio monocultor açucareiro (SANT'ANA, 2011), e as relações sociais formadas e limitadas pela estrutura de dominação, daí decorrentes, criaram um estamento social que perdura até hoje, apesar das profundas mudanças culturais ocorridas desde então.

O dilaceramento do tecido social em Alagoas é resultado de um processo excludente que nas décadas de 80 e 90 atinge o auge ao, literalmente, impossibilitar a mobilidade social no estado e, por consequência, impedir que grande parte dos bens e serviços culturais pudessem ser apropriados pela população pobre, que é a parcela mais ampla. Esta estratificação social provocou, também, um enorme déficit cultural, expresso em números terríveis, como veremos mais adiante.

Foram criados dois enormes guetos culturais, onde cabe quase tudo.

De um lado: expressões tradicionais e populares claudicantes, desesperançadas, natimortas; importantes eventos cruciais para o processo de formação cultural alagoana, como as populações indígenas, o “Quilombo dos Palmares”; o episódio da “Quebra do Xangô” (destruição dos terreiros alagoanos, no dia 1º de fevereiro de 1912)⁴, sem relevância cultural memorialística ou ritualística.

Sobre a “Quebra do Xangô”, é importante contextualizá-la, ainda que muito resumidamente: em 1910, eleito presidente da República Hermes da Fonseca, é desencadeado o que ficou historicamente conhecido como “política das salvaçãoes”. Em Alagoas, desde 1900, chefiava o governo Euclides Malta (entremeado pelo governo do irmão), cujo período ficou conhecido como “**Oligarquia dos Malta**”. Era acusado de utilizar a religião de matriz africana para atingir seus propósitos.

Uma revolta popular provoca a renúncia de Euclides Malta, durante as agitações eleitorais em 1912. Seus opositores haviam criado, ainda em 1911, uma milícia denominada Liga dos

⁴ Revista Graciliano

Republicanos Combatentes, que invade os terreiros de Maceió, destruindo-os, agredindo seus adeptos e matando uma das mais emblemáticas representantes da religião, Tia Marcelina, abatida com um golpe de sabre. Estudiosos atribuem ao fato (a Quebra) a existência, unicamente em Alagoas, do denominado Xangô rezado baixo, sem o acompanhamento da percussão.

Do que não foi roubado e destruído pela sanha da milícia da Liga dos Republicanos Combatentes – pulseiras e colares de prata, dentre outros objetos –, parte forma a Coleção Perseverança, recolhida pela Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio de Maceió, hoje abrigada no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Essa parte do que restou é considerada uma das mais importantes e raras existentes no Brasil.

Do outro: instituição de símbolos ditos modernos, sem nenhuma ligação com as tradições culturais locais, partilhados em espaços segregados, pagos, cuja substância é retroalimentar as dissonâncias, as diferenças elitistas como um fim em si mesmo. É como se, inconscientemente, aquele fosse o espaço da uniformidade, em oposição à pluralidade, à diversidade cultural.

Resultado: falta de espaços de convivência.

6.1. Política cultural: para qual público?

Acredita-se que a ‘pobreza cultural’ da nação tem fundamento numa crise de oferta e, pois, aumentando-se a oferta aumenta-se o consumo cultural e, conseqüentemente, caminha-se em direção ao ‘desenvolvimento’. Por essa razão são muitos os planos e programas públicos visando incentivar a produção, especialmente a partir de demandas de ‘balcão’, e raramente o **consumo de massa**, visto que não há uma demanda estruturada por ‘mais cultura’ por parte dos consumidores finais (DÓRIA, 2007).

Pode-se afirmar, baseado nas estatísticas (MUNIC/2012) que existe um elevado consumo cultural privado por parte da população brasileira, inclusive e, principalmente, da mais pobre, através de amplo acesso aos meios de difusão artístico-culturais (TV aberta e a cabo, aparelhos de CD e DVD, armazenamento em pen-drive e download de shows e filmes na internet, só para citar os mais populares).

Além desse consumo privado, doméstico, existe aquele gratuito e público (financiado por municípios, estados e União), realizado normalmente em praças, parques, ginásios e, em menor grau, teatros e casas de shows. Pejorativamente denominado de *consumo de massa* – por ter, na maioria das vezes, artistas de grande apelo popular –, é responsável pela maior parcela de consumo cultural da população (em especial a jovem), fora do circuito privado-pago.

Por sua vez, o *consumo de massa* apresenta um cardápio artístico-cultural muito limitado. O estado, de maneira geral, tenta oferecer alternativas a esse consumo hegemônico, com projetos específicos como – no caso de Alagoas – o da *Caravana Cultural* (com programação voltada para cidades interioranas, de música instrumental e erudita, MPB, dança, teatro, cinema, oficinas e outras), mas que, no mais das vezes, atinge apenas um pequeno público.

Não é uma questão restrita ao Brasil, ao Nordeste ou a Alagoas. Em 2012, a Comissão Europeia manifestava publicamente sua preocupação com a falta de público, o que poderia comprometer a própria diversidade cultural. Daí, no caso do Brasil, país de vastas dimensões geográficas, a necessidade de o Estado exercer seu papel de apoiar as expressões culturais mais vulneráveis ou suscetíveis de desaparecer pela falta de espaço de manifestação ou mesmo de desconhecimento do público.

Existem diferenças culturais na gastronomia, na música e nas inúmeras *identidades culturais* estaduais, para citar apenas alguns exemplos. Embora a questão das identidades tenha sido construída sob um pano de fundo aparentemente natural, isto não impede a absorção ideológica das diferenças e das semelhanças, o que faz um alagoano não se reconhecer no pernambucano, embora fossem do mesmo espaço geográfico até a emancipação concedida a Alagoas em 1817 pelos bons serviços prestados à Coroa portuguesa.

Assim é que podemos considerar – apesar do baixo orçamento da cultura e das restrições financeiras existentes – que o Estado, de uma forma ou de outra, tenta cumprir seu papel de responsável pela formação cultural da população, no sentido de garantir que as diferentes formas de expressão cultural e artística encontrem espaço para se manifestar de forma adequada e periódica.

A questão parece ser outra: como motivar a população de baixa renda, que aparenta estar muito satisfeita com o cardápio cultural que atualmente consome, para mudar, apreciar e consumir um cardápio cultural mais diversificado? Como envolver a população de baixa renda numa proposta cultural mais abrangente e inclusiva?

As classes D e E, atualmente beneficiadas pelas baixas taxas de desemprego e pelo aumento real do salário mínimo, recentemente foram incorporadas ao mercado de consumo capitalista propriamente dito (conta corrente em banco, cartões de crédito) e passaram a consumir produtos mais sofisticados em áreas como higiene pessoal e eletrodomésticos. O

que é preciso fazer, então, para que elas possam ser receptivas a bens, produtos e serviços culturais mais diversificados?

Existem mais perguntas do que respostas. Por exemplo, a questão do papel indutor do Estado no consumo de determinado produto cultural: qual será o limite para não ser acusado de dirigismo? A valorização das práticas culturais locais não seria um bom início para, ao garantir a diversidade no âmbito do território, criar as condições para aquelas além-fronteiras? E quanto à formação cultural como processo educativo: existe espaço organizado para ela ser exercitada adequadamente – fora da escola?

Alagoas é destaque na imprensa brasileira como líder de analfabetismo e um dos piores índices de IDH do país, uma mistura de poucos recursos direcionados para a cultura, falta de equipamentos culturais, elevadas taxas de analfabetismo (21,8% dos habitantes de 15 anos ou mais não sabem ler nem escrever) e extrema concentração de renda, apresentando o pior Índice de Desenvolvimento Humano do País em 2014 (0,632). Eis a equação atual da sociedade alagoana.

6.2. Política Estadual de Cultura: fundamentos e implementação (2008-2009)

A Política Estadual de Cultura em Alagoas teria como objetivo geral a promoção e valorização do seu patrimônio cultural (a dimensão simbólica), utilizando-o como ativo para a inclusão sócio-produtiva dos alagoanos (a dimensão econômica). Nesse contexto, a cultura se coloca como direito social básico e a política cultural como instrumento de mediação entre as obrigações constitucionais do Estado brasileiro – quanto à democratização e universalização do acesso à cultura – e o mercado (a dimensão cidadã).

Espacialmente, ao definir sua abrangência de atuação, de forma a contemplar todas as sete regiões administrativas do Estado, a Secult começou a estabelecer relações com os gestores municipais de cultura, através de reuniões regulares e periódicas para tratar de assuntos comuns e identificar demandas e quais, dentro de suas limitações, poderiam ser contempladas num quadro manifestadamente adverso.

A parceria daí estabelecida resultou em inúmeras ações positivas, principalmente no estabelecimento de uma relação transparente e sistêmica: realização de três Conferências Estaduais de Cultura entre 2007 e 2013; ampliação do número de Conferências Municipais de Cultura no mesmo período, de duas para 31; apoio à institucionalização da cultura nos municípios (secretarias específicas, planos, fundos e Conselhos Municipais de Cultura).

No que podemos denominar de *prestadores de serviços artísticos*, isto é, artistas, grupos, etc., puderam, num primeiro momento, executar, através de suas diferentes linguagens, a política estadual de cultura definida pela Secult. Até quando foi possível exercitar essa política, os prestadores de serviços culturais se sentiram plenamente contemplados.

A verdade é que, do ponto de vista político-ideológico, não houve oposição visível à nova política cultural adotada em Alagoas. E nem poderia! A Secult, durante todo o período entre os anos 2007 e 2013, executou sua política cultural completamente alinhada à federal, especialmente no período entre os anos 2007 e 2010 (gestão dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira), período em que o MinC realmente tinha uma política cultural.

Afora uns espasmos aqui e acolá de um minúsculo grupo vinculado ao campo da música, que se sentiu preterido ao ser anunciado que a Secult renunciava a ser uma secretaria de eventos e, esses – por decorrência – não mais teriam cadeira cativa em sua programação, como antes acontecia, era essa a oposição visível que podemos denominar de *oposição do umbigo*, pois enxergavam seus projetos pessoais como de interesse público.

Para formular a Política Estadual de Cultura, a Secult tomou como base:

- a) as declarações genéricas do opúsculo “Alagoas – Desenvolvimento e Bem-Estar Social – Programa de Governo Teotônio Vilela Filho, já mencionado: *Melhoria da Gestão da Cultura; Implementação de uma Política Cultural e Fomento ao Desenvolvimento de Projetos Culturais*; e
- b) Os documentos:

CONFERÊNCIA ESTADUAL – NOVEMBRO DE 2005

- Gestão - democratização e descentralização (35)
- Economia - produção cultural e economia da cultura (25)
- Patrimônio cultural (51)
- Cultura é cidadania e democracia (51)
- Comunicação é cultura (48)

A POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA

- MinC; SFC; CNPC; Plano Nacional e Programa Nacional

Durante dois anos (2008 e 2009), a Secult consegue implementar sua política cultural. Foram estabelecidos quatro grandes programas: Criação e Produção Cultural; Formação

Cultural e Estímulo à Fruição; Valorização do Patrimônio Cultural e Construção de Rede Institucional.

Vinculados a esses programas, foram estabelecidas as ações correspondentes e, dentre elas, as prioritárias: Caravana Cultural, Apoio a Eventos Culturais, Integração Inter-Institucional, Valorização do Patrimônio Imaterial, Apoio às Festas Populares, Restauração de Bens Tombados, Alagoas em Cena, Apoio às Bandas e Olhar Brasil.

Um governo com características antipopulares, sem diálogo com os movimentos sociais, ao ser atingido pela crise econômica (2008) entra em pânico e projeta para o futuro o caos, antecipando medidas de austeridade desnecessárias para combater a crise que, na realidade, alguns anos depois, é forçoso reconhecer não ter passado – no Brasil – de uma “marolinha” na feliz expressão do então presidente Lula.

Até fevereiro de 2009, os repasses financeiros feitos pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) à Secult, destinados a custeio e investimento, eram crescentes. Entre março de 2009 e agosto de 2011, os repasses voltaram ao patamar de janeiro de 2008. Apenas em setembro de 2011 houve um acréscimo. **TABELA 3** Nesse ínterim (janeiro de 2008 a fevereiro de 2009), foi possível executar a Política Estadual de Cultura definida, baseada nos seguintes princípios:

- Democratização do acesso aos bens e serviços culturais;
- Cultura como elemento-chave para a cidadania e a inclusão social;
- Economia da cultura como fator de inclusão produtiva;
- Descentralização das atividades culturais como fator de formação cultural.

Para assegurar que a Política Estadual de Cultura não fosse apenas (mais) uma declaração de intenções, foram estabelecidos os campos de atuação prioritários para que sua implementação obtivesse o êxito almejado:

- **Visão e atuação sistêmica** – Reformulação do Conselho Estadual de Cultura, transformado de *conselho de notáveis* em um conselho paritário e representado por instituições que desenvolviam atividades culturais; realização de três Conferências Estaduais de Cultura; reuniões periódicas e sistemáticas com gestores municipais de cultura e elaboração do Plano Estadual de Cultura.
- **Busca contínua de parcerias** – Não apenas como conveniente em convênios com o MinC, mas como concedente em 09 convênios com entidades culturais locais.

- **Atuação regionalizada, cobertura estadual e alinhamento com os municípios** – Todas as sete regiões administrativas de Alagoas foram beneficiados com ações da Política Estadual de Cultura. A Secult passou a considerar que, além de Maceió, os demais municípios alagoanos também deveriam ser contemplados com projetos culturais.
- **Democratização do acesso aos recursos públicos de apoio e fomento; acesso, preferencialmente através de editais** – Até o ano de 2007, a Secult havia lançado apenas dois editais: Registro do Patrimônio Vivo e Alagoas em Cena. A partir de então, foram lançados os editais de: *Apoio à gravação de CDs e/ou DVDs de Música em Alagoas; Misa Acústico; Incentivo à Produção e Circulação em Artes Cênicas em Alagoas; Incentivo à Produção Audiovisual em Alagoas; Mostra Alagoana de Dança*, sem mencionar aqueles em parceria com o MinC.
- **Alinhamento com o pacto federativo** – A Secult foi uma das principais parceiras do MinC na implantação do Sistema Nacional de Cultura. Além disso, apoiou os editais de microprojetos culturais para as regiões do semiárido e da bacia do rio São Francisco e de Pontos de Cultura.

O papel do Estado, através da Secult, como articulador, catalisador e formulador de uma política cultural para Alagoas é essencial. Será ele o único capaz – por suas características intrínsecas – de levar adiante uma diretriz de ação que contemple a diversidade cultural, assegure a participação dos excluídos na repartição dos bens e serviços culturais, além de ampliar os gastos públicos destinados à cultura e de democratizar seu acesso.

Uma política cultural para Alagoas não pode deixar de considerar as condições econômicas e sociais da maioria de sua população. É necessário ousar e não ter medo de cair no populismo: não se pode deixar de ter um programa, uma política de difusão cultural. Discussões semânticas não podem atrapalhar a formulação de diretrizes que devem nortear a construção de uma política pública para a cultura em Alagoas.

Ao definir uma política cultural, estabelecem-se escolhas que são baseadas nas experiências de grupos, pessoas e na *praxis* cultural de instituições públicas, privadas e do terceiro setor. O que determina a validade de uma política cultural é o seu caráter universal e, nesse caso, o conflito erudito x popular não existe.

Se a política cultural é a arte da escolha, a maioria da população (os excluídos, os pobres), tem direito ao acesso a todas as formas de expressão artística e cultural para, através do contato e do conhecimento, poder formular suas escolhas individuais.

Uma verdadeira política cultural tem que incorporar o novo como primordial para sua legitimação. Considerem-se como tais as novas manifestações artísticas e culturais, a incorporação de novos atores sociais à prática cultural, os novos espaços de apresentação, uma nova relação Estado-comunidade e as novas tecnologias que, com a velocidade de suas inovações, influenciam no modo tradicional de fazer cultura, embora as mudanças culturais não ocorram na mesma velocidade.

Desse modo, uma política cultural consistente para Alagoas deve partir do levantamento das condições do *fazer* cultural no Estado, enquanto modo propriamente dito, preservação e difusão, equipamentos, financiamento e tudo mais que influencie a produção cultural e o acesso aos bens e serviços daí resultantes.

Uma visão prática ou pragmática de política pública de cultura é o resumo, transcrito abaixo, de entrevista realizada com o presidente da Fundação Municipal de Ação Cultural de Maceió, Vinícius Palmeira, realizada no dia 5 de agosto de 2014.

Para que uma política pública de cultura seja efetiva, é necessário alguns pressupostos básicos como, por exemplo, o envolvimento da comunidade artística e cultural para legitimar a dita política. A participação, nos fóruns e conselhos, de pessoas realmente representativas de suas linguagens, contribui favoravelmente para seu êxito.

Outro pressuposto básico é sua abrangência. A política pública de cultura não pode ficar circunscrita a um bairro, região ou território. Para ter realmente legitimidade, ela precisa abarcar espacialmente a totalidade física do município, do Estado ou da União.

É preciso ter previsão orçamentária. E ter clareza de que ela é insuficiente para a efetivação da política pública de cultura, e aí, dentro de cada esfera federativa, lutar para ampliar os recursos financeiros disponíveis. A execução orçamentária de forma rápida e eficaz cria as condições políticas para a suplementação orçamentária a maior.

De outro modo, a gestão dos recursos financeiros públicos se encontra em outra esfera administrativa: Fazenda ou Finanças. Quaisquer que sejam as denominações, os recursos

financeiros são direcionados para áreas ditas prioritárias, como educação, saúde e segurança.

Nesse contexto, é necessário, antes que tudo (execução orçamentária e solicitação de mais recursos), sensibilizar o gestor maior para a importância da cultura para o conjunto do governo. Iniciativas de impacto são indispensáveis para sua conquista e geram simpatia para com o campo da cultura.

Na outra ponta, é preciso implantar um projeto eficaz de captação de recursos em outras áreas, complementares aos recursos próprios disponíveis. Cabe ressaltar o papel insubstituível da qualificação técnica, necessária não apenas para viabilizar novos recursos, como também para a capacidade de gastá-los.

Embora não sejam excludentes, quantidade de pessoal adequado (qualificado) + mais recursos financeiros para a cultura, e seja esta a equação ideal, é difícil ser concretizada. Isso significa que, no limite da opção entre um e outro, a qualificação do pessoal técnico da cultura é a solução mais adequada, pois, sem pessoal qualificado, inexistem possibilidades de captação de novos recursos e de execução dos projetos daí advindos.

6.3. “Nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia” – os anos 2008-2009

Até o final do ano de 2009, pode coexistir um conúbio, uma dualidade de visões em relação ao tratamento que deveria ser dado pelo governo à cultura, isto é: depois de reorganizada, a Secult passou a implementar sua política estadual de cultura, que, a partir de então, passava não apenas a incorporar as demandas culturais de Maceió, mas também do conjunto do Estado.

“Elementar, meu caro Watson” – como nunca disse Sherlock Holmes – que para tanto, seriam necessários maiores recursos financeiros, e eles foram reajustados para cima pelo governo, o que propiciou que a retórica, quanto à abrangência estadual da política cultural, fosse realmente um fato. No entanto, os recursos foram em seguida diminuídos e, quando voltaram a aumentar, o aumento foi eclipsado pela elevação dos gastos com custeio no período.

Segundo informações fornecidas pela Coordenadoria Setorial Administrativa, Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, da SECULT, apenas a mudança (em 2010) do tipo de segurança para os equipamentos da SECULT: CENARTE, MISA, MEMORIAL À REPÚBLICA,

BIBLIOTECA PÚBLICA, de Vigilância Eletrônica (custo mensal de R\$ 1.200,00), para Vigilância Armada (custo mensal de R\$ 22.036,50), ocasionou um aumento nas despesas de custeio de R\$ 20.836,50 mensais. Hoje, o custo mais que dobrou: R\$ 46.233, 57 mensais.

No plano geral, o governo tucano iniciava sua gestão entrando em confronto com segmentos do setor público bem organizados, como professores, médicos e policiais. Uma das principais características do PSDB – a falta de inserção no meio sindical – ficou evidente, além do primarismo político de ampliar o leque de conflitos sem ter uma sólida base de sustentação na sociedade.

Paralelamente a isso, a Secult dialoga e consegue uma interlocução consistente com produtores, artistas e gestores públicos de cultura. Essa dicotomia – entre a gestão geral do governo e a gestão cultural –, pouco a pouco (e não poderia ser diferente) desaparece, para dar lugar à face mais perversa do governo: a falta de sensibilidade social.

O Secretário de Cultura de Alagoas, ao ser perguntado sobre como, em um governo com baixa sensibilidade social, pode ser possível implementar a política estadual de cultura, justificou desta maneira: “A baixa sensibilidade se traduz em alocação diferenciada de recursos, para áreas consideradas prioritárias e não prioritárias. A alternativa foi buscar recursos externos, especialmente junto ao MinC, contando com o apoio da bancada federal de Alagoas”⁵ (entrevista citada).

Viégas responsabiliza o contingenciamento realizado pelo governo federal em 2011, “que fez cair drasticamente os valores conveniados com os estados”, mas deixa de mencionar que, dois anos antes, o governo estadual já diminuía os repasses da Sefaz para a Secult.

Acenando sempre com o mantra tucano da Lei de Responsabilidade Fiscal (como escudo para qualquer tipo de questionamento sobre seu projeto político-econômico e os gastos públicos), como justificativa para o contingenciamento de recursos, afeta enormemente a área cultural.

Talvez pela pouca importância da Cultura no âmbito do governo de Alagoas, o fato inquestionável é que a Política Estadual de Cultura foi construída em consonância com a

⁵ Anexo 1

Política Nacional de Cultura. Não houve nenhum tipo de coerção para que se fizesse de outra forma.

Na opinião de Viégas, pode-se “dizer que a cultura não constituiu prioridade, mas jamais afirmar que era irrelevante, uma vez que o governador despendeu atenção e recursos para a pasta, além de promover diversas visitas, nas quais o acompanhei, ao MinC, que apresentaram resultados positivos para Alagoas. Infelizmente, na gestão da presidente Dilma, a cultura não foi prioritária; caberia ao seu governo mencionar se foi irrelevante”.⁶(entrevista citada)

Foge ao escopo de uma visão interpretativa parcial da política estadual de cultura no período mencionado, uma análise da Política Nacional de Cultura no governo Dilma. Porém, todavia, contudo, não é necessário muito esforço para considerá-la irrelevante na comparação com a de seu antecessor na Presidência. Esse fato em nada altera outro: a completa desimportância, para o governo de Alagoas, de uma política pública de cultura, como se está demonstrando.

7. A POLÍTICA ESTADUAL DE CULTURA (GABINETE DO GOVERNADOR) – 2008-2013

Ao lado e paralelamente a essa Política Estadual de Cultura, construída democraticamente e legitimada em dezenas de reuniões e três Conferências Estaduais de Cultura, existe uma outra, fechada, antidemocrática, clientelista, que na falta de outra denominação, chamamos de *política estadual de cultura do gabinete do governador*, como poderia ser chamada de *política cultural de eventos*.

Um apêndice – sob pena de acreditar na existência de Papai Noel – se faz necessário: é mais do que evidente que, em qualquer governo burguês, mesmo sendo de uma governadoria estadual, as forças que assumem o poder cobram depois de seus representantes a fatura, não sendo, pois, nenhuma aberração política a troca de favores, muito pelo contrário.

Sendo assim, não é surpreendente que determinado prefeito, bispo, pastor, personalidade da sociedade, entre outros, solicite os préstimos do Estado para financiar seus eventos. O provincianismo do governo, em pleno século XXI, é que surpreende, pela voluptuosidade com

⁶ Anexo 1

que apoia e libera recursos para atender às solicitações, desde as mais mezinhas às aquelas mais excêntricas.

Estamos falando não de apoios eventuais, esporádicos e irrelevantes do ponto de vista financeiro, mas de apoios contumazes, continuados e relevantes em volume de recursos financeiros, ao ponto de rivalizar, em montante, com o que é liberado anualmente pela Secretaria da Fazenda para custeio e investimentos da Secult. **TABELA 4**

O grave é que essa dualidade da Política Estadual de Cultura enfraquece a relação institucional entre a Secult e os gestores municipais de cultura, pois a *política estadual de cultura do gabinete do governador* é uma relação direta estabelecida pelo prefeito (ou bispo, ou pastor etc.) diretamente com o governador, sem intermediação.

Enquanto para a Política Estadual de Cultura da Secult existe toda uma desgastante negociação para liberação dos recursos financeiros básicos necessários à sua execução, a negociação direta com o governador, se positiva, assegura a imediata liberação dos recursos, através de cota-extra.

O protagonismo da *política estadual de cultura do gabinete do governador*, por sua vez, enfraquece institucionalmente o órgão gestor estadual de cultura, a Secult, pois se de um lado faltam recursos financeiros para atender às demandas na execução da Política Estadual de Cultura da Secult, de outro não faltam para atender a esses pedidos para eventos.

O mais grave é que, em sua quase totalidade, esses projetos não possuem nenhuma aderência, ou às vezes são até conflitante com a Política Estadual de Cultura da Secult. É claro que, do ponto de vista da população, essa dualidade da política cultural não é percebida.

Para se fazer justiça, convém ressaltar que essa política de troca de favores, de realizar grandes eventos ancorados nos recursos do governo estadual, é prática antiga e generalizada. A obtusidade com relação à cultura, a mania de grandeza e a falta de discernimento político de longo prazo impedem de enxergar que o fortalecimento das iniciativas culturais municipais ao longo do ano, pequenas mas consistentes, são até mais proveitosas politicamente.

No entanto, para realizar uma Política Estadual de Cultura com substância, é mais do que necessário estar com os pés firmemente fixados na realidade política de Alagoas. Há uma enorme expectativa pelo futuro, embora ninguém, em sã consciência, ouse esperar que a

prática clientelista de realização de grandes eventos, financiados com dinheiro público, esteja com os dias contados.

Os otimistas dirão: a esperança é a última que morre. Os pessimistas emendarão: mas morre, sempre. A natureza da política alagoana não aponta para mudanças substanciais nessa área, e indica que continuaremos – pateticamente – inventando ou mesmo continuando com eventos ditos culturais que apenas transformam o alcaide municipal ou estadual em efêmera estrela por um dia, mas que, sem nenhuma dúvida, satisfazem seu ego. E aí, a única saída é sair da esfera da cultura para a da psicologia. Talvez Freud explique.

8. ENTRE A CRUZ E O MINC: A POLÍTICA ESTADUAL DE CULTURA DO MINC 2008-2013

Os números não mentem. Os números são como conversa passada adiante: cada um conta suas estórias, cada um tem seus números. Se olharmos para a **TABELA 5**, veremos as transferências feitas pelo MinC para Alagoas em convênios com a Secult e, sob qualquer ponto de vista, os recursos transferidos, foram, digamos assim, mais ou menos robustos.

Entretanto, antes de mais nada, é preciso dissecá-los minuciosamente, para que possamos entender o que de fato mostram. E eles mostram mais, muito mais do que supõe a vã filosofia. Assim, se se olha de uma perspectiva, os resultados aparecem de um jeito; de outra, já são diferentes, de tal forma que, se for possível agrupar o conjunto de olhares, teremos então sua totalidade, isto é, o que realmente dizem.

E eles dizem, dentre outras, várias coisas. Que no período em questão (2008/2013), foram celebrados 12 (doze) convênios, que resultaram na transferência de recursos no valor global de R\$ 15.621.136,37; que 10 (dez) desses convênios foram celebrados no período Gil/Juca (2008/2010); que 07 (sete) deles, foram frutos de emendas parlamentares e que, exceto pelo convênio Caravana Cultural – Apoio à Produção e Circulação, os demais não tinham aderência com as *prioridades* da política estadual de cultura.

Para Viégas, “podemos dizer que havia aderência às ações previstas na política estadual em: cultura popular (Pontos de Cultura), audiovisual (Olhar Brasil e capacitações), livro e leitura (modernização da Biblioteca Pública Estadual e apoio ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais) e patrimônio material (apoio a diversas restaurações). No

entanto, os valores foram desbalanceados, com forte favorecimento às ações de restauração que contaram com o apoio da bancada federal de Alagoas”.⁷(entrevista citada)

Entretanto, quando comparamos com os projetos prioritários da SECULT no período (2008/2013): Prêmio de incentivo à Produção Audiovisual (03 edições); Mostra Alagoana de Dança (05 edições); Alagoas em Cena – Mostra do Teatro Alagoano (02 edições); Prêmio de Incentivo à Produção de CDs e/ou DVDs de Música (01 edição), apenas o principal deles, a Caravana Cultural (esteve presente em 62 municípios), recebeu recursos do MinC, através de emenda parlamentar, no valor insignificante de R\$ 102.400,00.

Enfaticamente, é necessário não cair na tentação de negar a existência de uma política nacional de cultura. Se não podemos negar o óbvio, por outro lado, programas e projetos nacionais não necessariamente se encaixam em programas e projetos estaduais. Por exemplo: em que pese a relevância da transferência direta de recursos para produtores culturais de regiões longínquas, no caso dos Microprojetos Culturais, não era uma das prioridades da Política Estadual de Cultura.

O que se quer dizer, com todas as letras, é o seguinte: ninguém em sã consciência nega a importância da Política Nacional de Cultura; inexistente, seria um desastre. O que não pode, na realidade, o que não poderia, é literalmente atropelar a Política Estadual de Cultura.

Vamos aos fatos. A Secult não foi consultada sobre os editais dos Microprojetos Culturais para as regiões do semiárido e Bacia do São Francisco; também não o foi para os demais editais lançados pelo MinC e por seus órgãos vinculados. Não se está dizendo que seria necessária licença prévia da Secult para esses editais; está se dizendo que os programas e projetos nacionais, deveriam ser amplamente discutidos com os estados ou, pelo menos, com Alagoas, o que não foi feito.

“Com relação à discussão com o MinC sobre a alocação de recursos de programas, a prática consistia em uma ‘ação de cima para baixo’, que ficou bem caracterizada pelo Programa Mais Cultura, no qual o MinC, quanto muito, fez uma apresentação para comunicar as linhas de ação e metas previstas. Faltou uma efetiva ‘construção conjunta’ de ações macro, alinhadas com a política nacional, em que os Estados constituem os

⁷ Anexo 1

parceiros prioritários e fundamentais, na construção do Sistema Nacional de Cultura”, observa Viégas.⁸ (entrevista citada)

O MinC parece o Baú da Felicidade, do antigo programa de TV de Sílvio Santos: sai distribuindo prêmios para tudo quanto é linguagem e, no caso de Alagoas, como os recursos financeiros para a cultura são escassos, a Secult se envolve integralmente para que o maior número de pessoas e/ou instituições participem, a fim de que possam acessar o valor global dos recursos disponíveis para o Estado, de acordo com cada edital.

Isso significa que o MinC interfere diretamente na execução da Política Estadual de Cultura ao priorizar regiões, projetos e disponibilizar recursos financeiros. Quer saber, estimulou até, e não se sabe por quê a formulação do Plano Estadual de Cultura de Alagoas que, no entanto, não é sequer consultado quando a burocracia do MinC lança mais editais para o Estado.

Existe um desacordo entre teoria e prática no âmbito do próprio MinC. De um lado, o discurso da participação, da descentralização (é inegável mencionar que até tentam pôr em prática); do outro, um anti-republicanismo feroz, raivoso. Por que não combinar com os “russos”? Qual o problema de discutir com a Secult os programas e projetos que o MinC quer implementar no Estado?

A forma autoritária de implantação da Política Nacional de Cultura torna supérfluo todo o arcabouço institucional duramente conquistado para a cultura em Alagoas e, em grande medida, estimulado e apoiado pelo MinC.

9. SECULT: A ARTE DE SE VIRAR NOS TRINTA

Criada em 1985, a Secult é, hoje, uma das 17 secretarias existentes na estrutura do governo de Alagoas. Em 2008, segundo informações do seu setor de Recursos Humanos, contava com 85 servidores efetivos. Atualmente, são 61 efetivos e 41 comissionados, distribuídos conforme **TABELA 6**, insuficientes para atender às necessidades básicas da Cultura no Estado.

Desde sua criação, não foi realizado nenhum concurso para a área, e no governo do PSDB – menos Estado, menos funcionários – uma reversão do quadro era impensável.

⁸ Anexo 1

Esse é fato grave, pois compromete a execução dos projetos, tanto pelo número insuficiente de servidores como pela falta de pessoal qualificado. Um exemplo ilustrativo: quando do primeiro curso de Pós-Graduação em Gestão Cultural para Gestores de Cultura do Nordeste, dentre os servidores efetivos, apenas um preenchia os requisitos básicos.

No caso em questão, é preciso fazer uma distinção entre os servidores efetivos e os denominados de comissionados. Os primeiros – *estáveis* – ressentem-se de um plano de carreira e de salários decentes, enfim, de valorização profissional. Os segundos – *não estáveis* – também chamados de *cargos de confiança*, são mais bem remunerados (na maioria das vezes) que os estáveis, e são os que *carregam*, fazem funcionar a instituição – para o bem ou para o mal.

Os efetivos não são tratados pelo setor de Recursos Humanos como servidores capazes de exercer suas funções adequadamente. A capacitação técnica é eventual, servindo apenas para efeito de pequenas melhorias salariais. Como – em sua maioria – o quadro de pessoal efetivo é pouco ou não qualificado, essa lacuna é compensada pela presença dos comissionados (que, com raríssimas exceções, são muito bem preparados).

Como não existe plano de carreira, o resultado é que não existe política de recursos humanos. Como a Cultura não é relevante para a política do governo estadual, não existe concurso público com exigência de pessoal qualificado.

Outra questão relevante: embora com orçamento próprio, elaborado de acordo com suas necessidades reais, existe um distanciamento entre o orçamento real da Cultura, o que é executado e como é executado. No governo de Alagoas – apesar dos discursos reafirmando sua importância para a administração pública – é mera peça de ficção, servindo tão somente para cumprimento da legislação orçamentária.

Isso faz com que, na prática, a Política Estadual de Cultura, em certa medida, seja definida pela Secretaria da Fazenda e, secundariamente, pela Secretaria do Planejamento. Os projetos culturais prioritários definidos pela Secult só são executados – quando são – depois de muitos e duros embates entre os dois órgãos e, na maioria das vezes, sem a interveniência do governador, prerrogativa renunciada.

Embora todas as secretarias sejam iguais perante a lei, algumas são mais poderosas do que outras, no sentido de influência, poder. As já mencionadas são exemplos. Uma solução seria a Secult estabelecer uma relação especial com essas secretarias (ainda que subordinada

politicamente ou sob seu raio de influência) para viabilizar mais recursos para a implementação da Política Estadual de Cultura.

No entendimento do secretário Viégas, se a “proposta defendida (pelo governo de Alagoas) é a de promover a implantação de empresas no Estado e dotar o mesmo de infraestrutura adequada para tal, os recursos serão alocados neste sentido. Desta forma, as chamadas “secretarias-meio”, como Planejamento e Fazenda, estarão alinhadas com aquele entendimento, não havendo espaço para ‘planejamentos acessórios’ no âmbito da equipe de governo”.⁹(entrevista mencionada)

A repercussão desse embate no ambiente cultural apresenta duas faces mais visíveis: a primeira nega qualquer acerto na política cultural adotada, e a segunda, decorrente da primeira, é a noção de substituição do poder público ineficiente (no caso a Secult) por uma organização difusa, difícil de precisar com nitidez em suas características e na legitimidade ou não de suas ações.

Outra área delicadíssima – pelas suscetibilidades que pode ocasionar – é a jurídica. Existe todo um arcabouço institucional que rege as normas legais a respeito de contratações, convênios e outros, cujo amparo legal é a Lei 8.666/93. As especificidades do fazer cultural passam ao largo da referida norma, impondo uma série de distorções e, no limite, atrasos e/ou cancelamentos na execução de projetos e convênios, pela dificuldade de aplicação da legislação, adequada para outros tipos de gastos.

Como falta pessoal qualificado, os processos com despesas financeiras maiores são encaminhadas para a análise da Procuradoria Geral do Estado (PGE), que nunca se satisfaz com a instrução processual, ora solicitando diligências, ora entrando no próprio mérito do projeto cultural, e só então são encaminhados para a Agência de Modernização da Gestão de Processos (Amgesp) elaborar a licitação. Quando se trata de obras, o processo é encaminhado para os Serviços de Engenharia de Alagoas (Serveal) realizar a licitação.

Isso provoca uma demora acentuada na execução dos projetos, pois, na falta de procuradores setoriais que realizariam a adequada instrução dos processos e de técnicos especializados em licitações, todos os processos que se enquadram nessa modalidade são enviados para a Amgesp. Como esta não dispõe de pessoal suficiente para atender ao conjunto das secretarias que se encontram nessa situação, acontecem enormes atrasos.

⁹ Anexo 1

Ilustrativo dessa administração kafkiana é o que está oficialmente descrito no Relatório de Cumprimento do Objeto do Convênio nº 726856/2009 – Modernização de Bibliotecas Públicas Municipais, enviado ao MinC em maio de 2014:

* A Procuradoria Geral do Estado (PGE) é o órgão responsável por verificar a legalidade dos processos. Possui um entendimento peculiar que, no mais das vezes, requer a prestação de esclarecimentos ou mesmo a contestação de despachos emitidos, tornando o andamento dos processos demorado;

* Já a Agência de Modernização de Processos do Governo de Alagoas (Amgesp) é o órgão responsável pela realização das licitações no Estado e possui, também, uma dinâmica interna própria, o que impede a agilidade desejada pela Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas (Secult);

* Assim é que depois de um demorado processo de tramitação – com idas e vindas – entre PGE/Amgesp e Secult, finalmente o processo licitatório de aquisição de acervo nacional foi realizado, através do Pregão de nº 33, **em maio de 2013** e apenas foi enviado à Secult em **05 de fevereiro de 2014** para homologação;

* A Secult fez a homologação do pregão e devolveu à Amgesp (**em 11 de fevereiro de 2014**);

* A Amgesp devolveu os contratos para pagamento e empenho (**em maio de 2014**). (**Um ano depois**, grifo nosso).

Contudo, esse obstáculo de difícil solução não pode ser usado como impedimento para o exercício da finalidade da Secult: propiciar o acesso da população em geral aos bens, produtos e serviços culturais, levando-se em consideração, o nível de formação cultural dessa dada população, entendido aqui como aquelas possibilidades culturais e artísticas disponíveis para consumo regular, numa determinada localidade.

Ao definir sua abrangência de atuação, de forma a contemplar todas as sete regiões administrativas do Estado, a Secult começou a estabelecer relações com os gestores municipais de cultura, através de reuniões regulares e periódicas para tratar de assuntos comuns e identificar demandas e apontar quais, dentro de suas limitações, poderiam ser contempladas, num quadro manifestadamente adverso.

A parceria daí estabelecida resultou em inúmeras ações positivas, principalmente no estabelecimento de uma relação transparente e sistêmica: realização de três Conferências Estaduais de Cultura, entre 2007 e 2013; ampliação do número de Conferências Municipais de Cultura no mesmo período, de duas para 31; apoio à institucionalização da cultura nos municípios (secretarias específicas, planos, fundos e Conselhos Municipais de Cultura).

No campo que podemos denominar de *intermediários*, entre cultura, arte e consumo, os grupos artísticos e culturais puderam, num primeiro momento, executar, nas suas diferentes linguagens, a Política Estadual de Cultura definida pela Secult. Até quando foi possível (meados de 2009) exercitar essa política, os prestadores de serviços culturais se sentiram plenamente contemplados.

Quando os recursos começaram a escassear, os prestadores de serviços culturais reagiram e foram ao Ministério Público Estadual (MPE) denunciar que os recursos do Fundo de Desenvolvimento de Ações Culturais (FDAC) teriam sido desviados para outras despesas. Até à véspera de formalização da denúncia (declarada improcedente pelo MPE), a Secult, embora tenha identificado focos de insatisfação nesse setor, foi pega de surpresa pela ação intempestiva, visto que o diálogo nunca deixou de se efetivar, e nem mesmo no âmbito das discussões esse tema fora tocado.

Além das questões mencionadas, dois graves problemas afetam e interferem na execução da Política Estadual de Cultura. O primeiro, da estrutura da Secult, o Centro de Belas Artes (Cenarte), uma escola sem professores; e o segundo, a Diretoria dos Teatros de Alagoas (Diteal), órgão vinculado à Secult, com autonomia financeira e administrativa.

O primeiro, o Cenarte, segundo informações de sua direção, com referência ao período junho-julho de 2014, atendeu a 1.081 alunos/mês, distribuídos assim: música, 369; teatro, 23; artes plásticas/história da arte/artesanato criativo, 193 e dança, 496, com destaque para o balé, com 345 alunos.

A Secult não conseguiu transformar o Cenarte, como pretendia, em centro de referência para a capacitação de professores da rede pública de ensino na área de artes, para que eles replicassem para seus alunos e eles pudessem, por exemplo, conhecer os diversos estilos de música e dança, reconhecer as escolas de pintura (expressionismo, primitivismo etc.) quando visitassem alguma exposição, dentre outras linguagens.

O fato é que o Cenarte continua sendo uma escola de formação básica nas áreas mencionadas, funcionando precariamente, sem professores e tendo a Secult, que buscar formas de remuneração para os diversos instrutores. Por absoluta falta de recursos financeiros, não foi possível regularizar seu funcionamento.

Quanto à Diteal, o caso é mais grave: tendo autonomia financeira e administrativa, exerce suas funções sem qualquer alinhamento com a Política Estadual de Cultura. É vinculada à Secult formalmente mas, na prática, age de forma independente.

Em convênio com o MinC, sem a intermediação da Secult, está em fase de conclusão o prédio anexo ao centenário Teatro Deodoro, denominado Complexo Cultural, que “abrigará espaços estratégicos para acomodar os Corpos Permanentes da Orquestra de Câmara (41 músicos), de Baile (12 bailarinos) e da Cia. de Teatro (6 atores); cursos/oficinas de Artes, dentre outras ações de expressão artística e de qualificação para a área da Cultura”. (Blog da Assessoria de Comunicação da Diteal, <http://ascomteatro.blogspot.com.br/2013/02/maceio-ganhara-moderno-complexo.html>, acessado às 12h55 do dia 1º de outubro de 2014.

Ou seja, a Diteal construiu um prédio para abrigar uma orquestra, um corpo de baile, uma companhia de teatro, além de uma escola de artes. O Teatro Deodoro tem um total de 41 funcionários (<http://www.teatrodeodoro.al.gov.br/sic/servidores>, acessado às 13h12, de 1º de outubro de 2014), dos quais 11 são cedidos pela Secult.

A Diteal enfrenta um déficit crônico de funcionários técnicos especializados na área e, além da criação da orquestra de câmara, corpo de baile e companhia de teatro, pretende criar uma escola de artes, sem pessoal para exercer as funções de professor, sem indicar como será a contratação de bailarinos e atores e, sequer, se vai concorrer com o Cenarte no oferecimento de cursos similares.

É mais um flanco desguarnecido da política estadual de cultura: a Diteal tem sua própria política cultural, sem que tenha discutido com a Secult seus programas, projetos e ações, apesar de ser órgão vinculado.

10. CONCLUSÃO

Um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento e a consolidação da economia da cultura em Alagoas como fator de inclusão social, através da geração de emprego e renda, era a falta de um marco legal para o setor. Os prejuízos causados na execução de políticas

culturais, pela falta de mecanismos permanentes de fomento, proteção e difusão da cultura, impediam o planejamento de longo prazo.

Diz-se desde sempre, à boca miúda, que de boas intenções o inferno anda cheio. Por isso, a Política Estadual de Cultura não pode ficar à mercê de boas intenções, ainda que com resultados positivos como o aumento dos recursos orçamentários e a democratização de acesso a esses recursos; e ações estadualizadas de formação, incentivo e fomento às atividades culturais.

E como política de governo, poderá no futuro ser alterada, podendo ocasionar um retrocesso, principalmente no que concerne ao acesso aos recursos públicos para a cultura, preferencialmente feito atualmente através de editais de fomento. É uma exigência do estágio de desenvolvimento da cultura em Alagoas o fortalecimento e aplicação do marco legal criado, que defina com clareza as responsabilidades na execução da política cultural.

Um dos primeiros passos foi a adesão do Estado de Alagoas ao Sistema Nacional de Cultura, que *tem por objetivo estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para seu desenvolvimento, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações no âmbito da competência do Estado.*

Outro passo importante foi a elaboração do Plano Estadual de Cultura, em sete pré-Conferências Municipais e uma Conferência Estadual, com a participação de delegados de municípios de todas as regiões do Estado. Após aprovada pelo Conselho Estadual de Cultura, foi à Consulta Pública, e finalmente foi oficializada através do Decreto nº 27.736, de 29 de agosto de 2013.

As múltiplas atividades desenvolvidas pela Secult: Mostra Alagoana de Dança; Edital de Apoio ao Audiovisual em Alagoas (15 curtas-metragens premiados); o Alagoas em Cena – Mostra do Teatro Alagoano; as diversas obras de restauro do nosso patrimônio histórico e arquitetônico, além do apoio à produção e formação cultural, são o atestado mais evidente de que os avanços na cultura em Alagoas são inegáveis.

O mais importante, mas talvez não tão evidente, tem sido a capacidade de articulação da Secult para atuar em rede, de forma sistêmica, estabelecendo profícuas parcerias com as mais diversas instituições culturais públicas ou privadas, sem deixar de mencionar os gestores públicos municipais, responsáveis pela crescente abrangência estadual de suas ações.

No entanto, sem a efetivação de um arcabouço institucional que defina as responsabilidades dos entes federados e da sociedade civil na formulação de políticas públicas de cultura e do orçamento e financiamento da Cultura como política de Estado, não existem garantias de que o processo iniciado de consolidação da cultura em Alagoas continue avançando.

Com a falência do modelo de pensamento único neoliberal, onde a participação do Estado nas diversas esferas de competência foi bastante reduzida em nome da virtude do mercado, o setor cultural, que tradicionalmente era negligenciado como política pública, passou a sê-lo mais ainda e tendo competências públicas sendo transferidas para o âmbito privado: caso das atuais leis de incentivo à cultura.

Tarefas inadiáveis continuam na ordem do dia para o fortalecimento e desenvolvimento da cultura em Alagoas, envolvendo quatro segmentos:

1.1 – público consumidor de cultura – ampliação do cardápio cultural para além daquele do consumo de massa e ações de incentivo à fruição de bens e serviços culturais;

1.2 – prestadores de serviços culturais – mais influentes, mais organizados, ainda que ideologicamente frágeis, sem bases sólidas de argumentação e sem a compreensão, principalmente, da estrutura organizacional do poder público; no entanto, são indispensáveis para a execução da Política Estadual de Cultura;

1.3 – gestores municipais de cultura – elo mais fraco da cadeia do poder público, foi conseguido o estabelecimento de uma relação fundamentada na confiança e na transparência das ações, o que elevou o nível de compreensão (a quase maioria presa à política de eventos) para uma política de valorização da cultura municipal; a necessidade do intercâmbio regional e o fortalecimento do setor cultural dentro da estrutura administrativa municipal, notadamente pela adoção de orçamento próprio, específico;

1.4 – Secult – Instituição responsável pelo planejamento, elaboração e execução da política estadual de cultura: sem número suficiente de funcionários; os que existem (a grande maioria) sem qualificação; sem recursos financeiros mínimos necessários para o desempenho básico de suas atividades; dependendo do prestígio pessoal do titular da pasta, da boa-vontade do governador e, principalmente, da formação de uma equipe qualificada para ocupar os cargos comissionados, de confiança, difícil de acontecer pela velha prática clientelista de acomodar as indicações dos aliados do governo, independentemente de competência.

A primeira política estadual de cultura de Alagoas foi elaborada com base em diretrizes e ações definidas na 1ª Conferência Estadual de Cultura, cujos parâmetros norteadores se assentavam na eliminação de velhas práticas, como por exemplo, a da Secult como instituição realizadora de eventos.

A crença na execução de uma política estadual de cultura democrática, participativa e inclusiva, entretanto, sofreu um sério revés a partir do dia 28 de novembro de 2009, data da realização do último projeto da Caravana Cultural nos moldes planejados pela Secult. Não foi mais possível realizar outra Caravana Cultural, por falta da liberação de recursos financeiros.

Nesse contexto, se a Secult não teve completa liberdade para executar sua política cultural – como planejado –, ainda assim conseguiu se mexer e realizar alguma coisa, e não foi pouca, como relatado. Como lembrava, Graciliano Ramos em “Memórias do Cárcere”: *“Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer.”* (<http://gazetaweb.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=226092>, acessado em 11/11/2014, as 15h30).

Se o contingenciamento de recursos financeiros e as injunções políticas, em certa medida, limitaram o alcance da política estadual de cultura no período estudado, é forçoso reconhecer que, ainda assim, ela deu passos para a frente e, se mais não andou, deixou ao menos um marco para a cultura alagoana: o 1º Plano Estadual de Cultura, elaborado de forma democrática e participativa.

REFERÊNCIAS

Alagoas Desenvolvimento com Bem-Estar Social – Programa de Governo Teotônio Vilela Filho. Maceió : Q Gráfica, 2006.

BOTELHO, Isaura. **As dimensões da Cultura e o Lugar das Políticas Públicas.** São Paulo em Perspectiva. v.15/ n.º.2/ Abr-Jun 2001, disponível em <http://goo.gl/x0Xa96>

DÓRIA, Carlos Alberto Dória. **Seminário Internacional em Economia da Cultura.** Recife: IFCH-Unicamp, 2007.

Índices sobre o analfabetismo. Disponível em <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/09/alagoas-e-lider-em-analfabetismo-no-brasil-segundo-dados-da-pnad.html> > acessado as 15:13, do dia 09/09/2014.

Índices sobre o IDH em Alagoas. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/com-pior-idh-do-pais-populacao-de-alagoas-pede-mais-investimento-em-saude-educacao-13271607>>, acessado as 15:27, do dia 09/09/2014.

JORDÃO, Gisele. **Panorama Setorial da Cultura Brasileira 2013-2014.** São Paulo: Alluci & Associados Comunicações, 2014.

JÚNIOR, Durval Albuquerque. **O Morto Vestido Para Um Ato Inaugural.** São Paulo: Intermeios, 2013.

_____. **A Invenção do Nordeste e outras artes.** 5. ed. – São Paulo : Cortez 2011.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o conselho federal de cultura na ditadura civil-militar (1967-1975).** São Paulo: Itaú Cultural/Iluminuras, 2012.

Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos municípios brasileiros: cultura 2006/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais – Rio de Janeiro: IBGE,2007.

Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos municípios brasileiros: 2012/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais – Rio de Janeiro: IBGE,2013.

Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil: 2. ed. Ministério da Cultura – Brasília,2007.

Revista Graciliano. **O quebra de xangô: 100 anos depois.** Alagoas: Imprensa Graciliano Ramos, ano V, n.º 13, Março/Abril, 2012.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas Culturais Entre o Possível e o Impossível.** Disponível em: <http://goo.gl/PpFBO5>, acessado as 13:05, do dia 14 de outubro de 2014.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à História do Açúcar em Alagoas.** Alagoas: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2011.

SOBRAL, Filipe. Administração : teoria e prática no contexto brasileiro / Filipe Sobral, Alketa Peci – São Paulo ; Pearson Prentice Hall, 2008.

Sistema de Informações e Indicadores Culturais : 2003-2005 / IBGE, Diretoria de Pesquisas – Rio de Janeiro : IBGE, 2007.

1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

APÊNDICE

Tabela I - PROCESSO ELEITORAL CNPC – Relação dos Candidatos Eleitos

Tabela II – ANEXO VI – Nota Técnica nº 01/2009-DGE/SE/MinC

Tabela III - REPASSES DA SECRETARIA DA FAZENDA PARA A SECULT

Tabela IV – LIBERAÇÃO COTA-EXTRA

Tabela V - CONVÊNIOS COM O MINISTÉRIO DA CULTURA

Tabela VI – SERVIDORES SECULT - QUANTITATIVO

TABELA I
PROCESSO ELEITORAL CNPC – RELAÇÃO DOS CANDIDATOS ELEITOS

	AL	PE	PR	RS	SC	SP	AM	ES	GO	MG	PA	PB	RJ	BA	CE	DF	MT	RN	RO	RR	TO	MS	AC	AP	MA	SE
ARQUITETURA E URBANISMO	2	1	2	1	2	1																				
ARQUIVOS		2		4	1		1	2	3	1	2	1	5													
ARTE DIGITAL				2		3					2			1	4	1										
ARTES VISUAIS		4	2	1	2	5		1		1	6	2	1	5		2	1	6	1							
ARTESANATO	2	2		3		2			1				1							3	1					
CIRCO	1		1	1	3	3		1		3			3	1								2				
CULTURA AFRO	4	2		3		5				2	6		3	3							1					
INDÍGENAS	4		1			5					2												3	4		
CULTURA POPULAR	5			2	4	4	2	1	1		4		3		3	3				3				1	3	
DANÇA	4	4	3	2	2	1	2	2	1	2	4	1	1	3	3					1			2			
DESIGN	2	2	4		3	4		3	1	3	3	3	1	3	2	1										
LIVRO E LEITURA	3	1		6	2	6			1	2	2	1	4	1	2	3						2			2	1
MODA	3			2	2	2						5	1	1												
MÚSICA	6	1	2	3	3	6					3		4	5	2						1					
P. IMATERIAL	2				5	4		1		6	1		1	3												
P. MATERIAL	3				1	1											2			1						
TEATRO	4	5	2	3	4	3	2	1	2	2	2		2	3	1		1	1		2			1	3		
TOTAL	45	24	17	33	34	55	7	12	10	22	37	13	30	29	17	10	4	7	1	10	3	4	6	8	5	1

Fonte: Ministério da Cultura – Secretaria de Articulação Institucional

Tabela elaborada pelo autor, com base na relação de candidatos eleitos e suplentes.

TABELA II
NOTA TÉCNICA Nº 01/2009-DGE/SE/MINC

Região / UF		Critérios e Pesos (*)		Memória de Cálculo (**)			Resultado do Rateio Regional e Local	
Região	Unidade da Federação	IDH: 50% (IDH _i)	População: 50% (P _i)	Proporção Inversa: 1/IDH _i	$C_{IDH(i)} = (1/IDH_i) / \sum_{i=1}^N (1/IDH_i)$	$C_{P(i)} = P_i / \sum_{i=1}^N P_i$	R\$	%
Centro-Oeste			13.222.854		0,137	0,072	10.454.273,38	10,45
	Distrito Federal	0,844	2.455.903	1,185	0,032	0,013	2.276.312,74	2,28
	Goiás	0,776	5.647.035	1,289	0,035	0,031	3.284.514,30	3,28
	Mato Grosso	0,773	2.854.642	1,294	0,035	0,016	2.532.450,73	2,53
	Mato Grosso do Sul	0,778	2.265.274	1,285	0,035	0,012	2.360.995,61	2,36
Norte			14.623.316		0,262	0,079	17.088.548,34	17,09
	Acre	0,697	655.385	1,435	0,039	0,004	2.126.331,35	2,13
	Amapá	0,753	587.311	1,328	0,036	0,003	1.962.943,76	1,96
	Amazonas	0,713	3.221.939	1,403	0,038	0,018	2.780.093,73	2,78
	Pará	0,723	7.065.573	1,383	0,038	0,038	3.798.289,92	3,80
	Rondônia	0,735	1.453.756	1,361	0,037	0,008	2.242.570,40	2,24
	Roraima	0,746	395.725	1,340	0,036	0,002	1.927.800,15	1,93
	Tocantins	0,710	1.243.627	1,408	0,038	0,007	2.250.519,03	2,25
Nordeste			51.534.406		0,362	0,280	32.113.498,96	32,11
	Alagoas	0,649	3.037.103	1,541	0,042	0,017	2.917.672,65	2,92
	Bahia	0,688	14.080.654	1,453	0,039	0,077	5.800.239,77	5,80
	Ceará	0,700	8.185.286	1,429	0,039	0,044	4.164.291,90	4,16
	Maranhão	0,636	6.118.995	1,572	0,043	0,033	3.797.968,62	3,80
	Paraíba	0,661	3.641.395	1,513	0,041	0,020	3.043.909,22	3,04
	Pernambuco	0,705	8.485.386	1,418	0,039	0,046	4.232.088,46	4,23
	Piauí	0,656	3.032.421	1,524	0,041	0,016	2.894.073,74	2,89
	Rio Grande do Norte	0,705	3.013.740	1,418	0,039	0,016	2.745.125,43	2,75
	Sergipe	0,682	1.939.426	1,466	0,040	0,011	2.518.129,16	2,52
Sudeste			77.873.120		0,137	0,423	28.033.024,00	28,03
	Espírito Santo	0,765	3.351.669	1,307	0,036	0,018	2.685.892,24	2,69
	Minas Gerais	0,773	19.273.506	1,294	0,035	0,105	6.994.406,75	6,99
	Rio de Janeiro	0,807	15.420.375	1,239	0,034	0,084	5.873.276,68	5,87
	São Paulo	0,820	39.827.570	1,220	0,033	0,216	12.479.448,32	12,48
Sul			26.733.595		0,101	0,145	12.310.655,33	12,31
	Paraná	0,787	10.284.503	1,271	0,035	0,056	4.520.324,46	4,52
	Rio Grande do Sul	0,814	10.582.840	1,229	0,033	0,058	4.544.168,21	4,54
	Santa Catarina	0,822	5.866.252	1,217	0,033	0,032	3.246.162,65	3,25
Total			183.987.291	36,821	1,000	1,000	100.000.000,00	100,00

Observações:

(*) Fontes: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), disponível no [website](#) do PNUD; população, disponível no [website](#) do IBGE.

(**) Legenda: "i" é o índice da UF; "N" o número de UFs; "C" o coeficiente de cada critério; IDH_i o Índice de Desenvolvimento Humano de cada UF "i"; P_i a população de cada UF "i".

TABELA III
REPASSES DA SECRETARIA DA FAZENDA PARA SECULT *
(CUSTEIO E INVESTIMENTO)
2008-2013

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
JANEIRO	130.000,00	162.000,00	129.600,00	130.000,00	180.000,00	180.000,00
FEVEREIRO	130.000,00	162.000,00	129.600,00	130.000,00	180.000,00	180.000,00
MARÇO	130.000,00	162.000,00	129.600,00	130.000,00	180.000,00	180.000,00
ABRIL	130.000,00	129.600,00	130.000,00	130.000,00	180.000,00	180.000,00
MAIO	130.000,00	129.600,00	130.000,00	130.000,00	180.000,00	180.000,00
JUNHO	130.000,00	129.600,00	130.000,00	130.000,00	180.000,00	180.000,00
JULHO	150.000,00	129.600,00	130.000,00	130.000,00	180.000,00	180.000,00
AGOSTO	150.000,00	129.600,00	130.000,00	130.000,00	180.000,00	180.000,00
SETEMBRO	150.000,00	129.600,00	130.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00
OUTUBRO	150.000,00	129.600,00	130.000,00	180.000,00	180.000,00	169.368,00
NOVEMBRO	150.000,00	129.600,00	130.000,00	180.000,00	180.000,00	169.368,00
DEZEMBRO	150.000,00	129.600,00	130.000,00	180.000,00	180.000,00	169.368,00
TOTAL	1.680.000,00	1.652.400,00	1.558.800,00	1.760.000,00	2.160.000,00	2.128.104,00

Fonte: Secretaria da Fazenda/Alagoas

Tabela elaborada pelo autor, com base no relatório receitas da fonte 0100.

*Não inclui repasses para o Fundo de Desenvolvimento de Ações Culturais – FDAC, nem contrapartidas de convênios.

TABELA IV
LIBERAÇÃO COTA-EXTRA*

	ANO	%	ANO	%	ANO	%	ANO	%	ANO	%	ANO	%
	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
SECULT **	910.774,00	70,56	480.883,00	24,72	921.960,00	29,98	292.400,00	11,36	361.327,77	15,45	296.121,98	16,48
GABINETE*** DO GOVERNADOR	380.000,00	29,44	1.464.600,00	75,28	2.152.998,38	70,02	2.281.328,66	88,64	1.977.695,00	84,55	1.500.200,00	85,52
TOTAL****	1.290.774,00	100	1.945.483,00	100	3.074.958,38	100	2.573.728,66	100	2.339.022,77	100	1.796.321,98	100

Fonte: SECULT/AL – Coordenadoria Especial de Planejamento, Orçamento e Finanças - Acompanhamento Financeiro (2008-2013)

Tabela elaborada pelo autor, com base no relatório receitas da fonte 0100 e na consulta aos escritórios do Gabinete do Secretário de Cultura, que solicitam cota-extra.

* Autorizadas pelo Governador do estado.

** Valores aproximados correspondentes a processos de interesse da SECULT.

*** Valores aproximados correspondentes a processos de interesse do Gabinete do Governador.

**** Não inclui repasses para o Fundo de Desenvolvimento de Ações Culturais – FDAC.

TABELA V
CONVÊNIOS COM O MINISTÉRIO DA CULTURA – MINC (2008-2013)

OBJETO	NÚMERO	EMENDA PARLAMENTAR	INÍCIO	GESTÃO GIL/JUCA	MINC	SECULT	TOTAL
CARAVANA CULTURAL Apoio à Produção e Circulação	700910	SIM	2008	SIM	102.400,00	13.800,00	116.200,00
CATEDRAL METROPOLITANA DE MACEIÓ Reforma	702336	SIM	2008	SIM	1.033.893,42	258.844,00	1.292.737,42
CATEDRAL DIOCESANA Nª Sª DO ROSÁRIO Restauração	703320	SIM	2009	SIM	600.000,00	150.000,00	750.000,00
ARCEBISPADO DE MACEIÓ Recuperação	701970	SIM	2008	SIM	906.213,95	206.621,64	1.112.835,79
BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL Restauração do Prédio Tombado	01255	NÃO	2009	SIM	1.595.401,00	542.930,00	2.138.331,92
BIBLIOTECA PÚBLICA Modernização	701251	NÃO	2008	SIM	921.454,00	279.543,19	1.100.997,19
BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS Modernização	726858	NÃO	2009	SIM	1.075.000,00	650.000,00	1.725.000,00
BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS Construção e Modernização	756737	NÃO	2011	SIM*	5.166.774,00	159.797,14	5.326.571,14

IGREJA NOSSA S^a MÃE DOS HOMENS 2ª Etapa da Restauração	763544	SIM	2011	NÃO	1.000.000,00	250.000,00	1.250.000,00
ESCOLA DE AQUID. DE ARTES E OFÍCIOS Equipamentos E Mobiliário	723563	SIM	2009	SIM	1.000.000,00	250.000,00	1.250.000,00
IGREJA NOSSA SENHORA DO Ó – IPIOCA Restauração	728206	SIM	2009	SIM	300.000,00*	0,00	300.000,00
IPHAN Patrimônio Imaterial em Alagoas	763209	NÃO	2011	NÃO	1.920.000,00	480.000,00	2.400.000,00

Fonte: SECULT/Alagoas – Coordenadoria Especial de Planejamento, Orçamento e Finanças

Tabela elaborada pelo autor com base na relação de convênios com o Ministério da Cultura.

* Negociado no Governo do Presidente Lula com o ministro Juca Ferreira em 2010.

Medida Provisória 498, de 29/07/2010 - 6. No âmbito do Ministério da Cultura, o crédito permitirá a instalação de novas bibliotecas em Municípios do Estado de Alagoas que tiveram seus prédios totalmente destruídos; e a modernização de bibliotecas parcialmente danificadas, nos demais Municípios atingidos pelas chuvas nesse Estado, com atualização dos acervos e implantação de telecentros.

TABELA VI
SERVIDORES SECULT – QUANTITATIVO

	EFETIVOS	COMISSIONADOS
SECULT (SEDE)	15	32
CENARTE	14	02
BIBLIOTECA PÚBLICA	10	02
MISA	02	02
MEMORIAL À REPÚBLICA	01	01
DITEAL	11	
CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS	08	
MEMORIAL TEOTÔNIO VILELA	01	01
MUSEU FLORIANO PEIXOTO	01	01
TOTAL	63	41

Fonte: SECULT/Alagoas – Departamento de Recursos Humanos – DRH
Tabela elaborada pelo autor com base em informações do DRH.

ANEXO I

Entrevista com Osvaldo Viégas - Secretário de Estado da Cultura de Alagoas (23/09/2014 – via email)

Cléo,

Seguem as respostas.

Não reli. Cabe revisão, complementos e, talvez, ajustes. Me ajude nisto.

Abs

Osvaldo

1) Estou considerando política pública de cultura, no seguinte sentido: “Somente políticas submetidas ao debate e crivo públicos podem ser consideradas substantivamente políticas públicas de cultura.”

Na sua opinião no período entre 2008/2013, a SECULT implementou de fato uma política pública? Se sim, Como?

Acredito que sim, uma vez que a proposta inicial, elaborado pela equipe técnica da Secult, com algumas consultas externas, foi colocada à apreciação da sociedade, através de diversas consultas, que agregaram elementos à formulação inicial.

Podemos citar, como instâncias às quais a proposta foi apresentada e com as quais foi debatida:

1. Conselho Estadual de Cultura, que discutiu e sugeriu elementos importantes para a conformação da política, do ponto de vista legal, como a reformulação da Lei do Registro do Patrimônio Vivo, a Lei do Patrimônio Imaterial, o Decreto do Plano Estadual de Cultura e a minuta da Lei Estadual de Incentivos à Cultura.
2. Gestores Municipais de Cultura, com os quais nos reunimos periodicamente, aos quais a proposta foi apresentada e com os quais construímos um processo de avanço, na implantação dos elementos necessários aos sistemas municipais de cultura. Foram parceiros fundamentais no exercício prático do Sistema Estadual de Cultura (apesar de não haver uma lei que diga: “fica criado o SEC”) e na execução de diversas atividades de âmbito estadual, para as quais foram apoiadores, multiplicadores e parceiros realizadores.
3. Especificamente a diversas organizações culturais, como: Academia Alagoana de Letras, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Sociedade Brasileira de Médicos Escritores – Secção Alagoas, além da Rede Estadual dos Pontos de Cultura.
4. Por último, mas talvez a instância mais importante, foram as Conferências Estaduais de Cultura. Em nossa gestão, realizamos três conferências estaduais, acompanhando as propostas temáticas das conferências nacionais, quando então não só a política estadual era discutida, mas a sua interface com a política nacional. Cabe destacar a III Conferência

Estadual de Cultura, realizada entre os anos de 2011 e 2012 (????), na qual o foco foi a discussão do Plano Estadual de Cultura, o qual foi construído naquele momento, com a participação significativa da comunidade cultural alagoana, submetido ao Conselho Estadual de Cultura e, por último, aprovado por Decreto Estadual de nº....., emde de 2013.

2) Em um governo – com baixa sensibilidade social – como pode a SECULT implementar sua política cultural?

A baixa sensibilidade se traduz em alocação diferenciada de recursos, para áreas consideradas prioritárias e não prioritárias. A alternativa foi buscar recursos externos, especialmente junto ao MinC, contando com o apoio da bancada federal de Alagoas. Fomos muito bem sucedidos, nos anos de 2008 e 2009. No entanto, o contingenciamento efetuado pelo Governo Federal, a partir de 2011, fez cair drasticamente os valores conveniados com os estados. Se buscarmos os dados disponíveis (.....) podemos verificar que os valores conveniados caíram de um patamar de 200 milhões para 20 milhões de reais e, assim, as emendas parlamentares deixaram de ser atendidas, em 2011, o que gerou um descrédito junto à bancada federal, que já era avessa à aplicação de recursos para o MinC, considerado pouco ágil no conveniamento e liberação das mesmas.

No entanto, a disponibilidade de recursos não pode ser pensada como impeditivo total de implantação de uma política cultural e, neste sentido, mantivemos os norte por ela delineado e aplicamos os recursos, no nosso entender escassos, da maneira mais efetiva ao seu alinhamento, buscando, ao máximo, atender a demandas de todos os setores e ser, ao máximo, abrangente na cobertura territorial, contemplando todas as regiões alagoanas.

3) Embora todos sejam iguais perante a lei, algumas secretarias são mais poderosas do que outras, mais poderosas no sentido de influência, poder, como por exemplo, as secretarias de educação, saúde, planejamento, infra-estrutura e fazenda, para citar apenas estas.

A cultura, evidentemente, nunca foi prioridade do governo. O fato da cultura ter menos importância política do que as secretarias mencionadas, não poderia resultar em uma política de relacionamento especial, ainda que subordinada, principalmente com o planejamento e a fazenda, para viabilizar mais recursos para a cultura e para a política cultural da SECULT?

Entendo que essas prioridades compõem o entendimento do Governador, enquanto líder do governo e que está alinhado com uma proposta programática de sua proposta de governo. Se a proposta defendida é a de promover a implantação de empresas no Estado e dotar o mesmo de infraestrutura adequada para tal, os recursos serão alocados neste sentido. Desta forma, as chamadas “secretarias meio”, como planejamento e fazenda estarão alinhadas com aquele entendimento, não havendo espaço para “planejamentos acessórios” no âmbito da equipe de governo.

- 4) A que se atribui uma política estadual de cultura completamente alinhada com a do Governo Federal, tão diferente da época do Wefortt, “cultura é negócio”? As amistosas relações do governo estadual e federal? Ou a cultura era tão irrelevante para o governo, que havia esse espaço livre, para o tipo de política que foi adotada pela SECULT?**

Sem entrar no mérito de políticas anteriores, sobre as quais não me debrucei o suficiente, para emitir opinião, devo afirmar que a busca de recursos federais foi uma determinação do Governador Teotônio Vilela Filho, no primeiro dia de governo, ao identificar a difícil realidade econômica do Estado de Alagoas. Aliado a isto, devemos citar: (1) uma amistosa e próxima relação do Governador com o Presidente Lula, devido à convivência no Congresso Nacional e, também, ao papel desempenhado pelo pai, Teotônio Vilela, na luta pela redemocratização do País; e (2) a atitude republicana adotada pelo Governo Federal, no apoio concedido pelos diversos Ministérios, ao Estado, tão bem caracterizado no tratamento concedido pelos Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira à Alagoas e à Secretaria de Estado da Cultura.

Posso dizer que a cultura não constituiu prioridade, mas jamais afirmar que era irrelevante, uma vez que o Governador dispendeu atenção e recursos para a pasta, além de promover diversas visitas, nas quais o acompanhei, ao MinC, que apresentaram resultados positivos para Alagoas, isto na gestão dos ministros acima citados. Infelizmente na gestão da Presidente Dilma a cultura não foi prioritária, caberia ao seu governo mencionar se foi irrelevante.

- 5) Não se pode dizer que o MinC não enviou ou disponibilizou recursos federais para o estado de Alagoas. Em que medida esses recursos tinham aderência com a política estadual de cultura? Houve, em algum momento, uma discussão com o MinC, sobre a aplicação desses recursos em programas e ações de interesse de Alagoas?**

Podemos dizer que havia aderência às ações prevista na política estadual, em: cultura popular (Pontos de Cultura), audiovisual (Olhar Brasil e capacitações), livro e leitura (modernização da Biblioteca Pública Estadual e apoio ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais) e patrimônio material (apoio a diversas restaurações). No entanto, os valores foram desbalanceados, com forte favorecimento às ações de restauração, que contaram com o apoio da bancada federal de Alagoas.

Com relação à discussão com o MinC, sobre a alocação de recursos de programas, a prática consistia em uma “ação de cima para baixo”, o que ficou bem caracterizada pelo Programa Mais Cultura, no qual o MinC, quanto muito, fez uma apresentação para comunicar as linhas de ação e metas previstas. Faltou uma efetiva “construção conjunta” de ações macro, alinhadas com a política nacional, em que os Estados constituem os parceiros prioritários e fundamentais, na construção do Sistema Nacional de Cultura.

Mais uma vez, aquele programa foi apresentado e discutido na gestão Gil/Juca, na atual gestão a própria interlocução com os estados ficou muito debilitada, ou talvez venha acontecendo com alguns poucos.

6) Recentemente, o MinC lançou um edital para os estados acessarem recursos do FNC. O Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Cultura, por seu intermédio, havia apresentado uma proposta, que resultou em Nota Técnica do próprio MinC. Como foi esse processo?

O Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC tem, como atribuição regimental, definir as diretrizes para a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura – FNC. O Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Cultura – FNSDC apresentou e aprovou, ainda em 2009, diretriz visando a melhor distribuição regional desses recursos, preocupação da qual comungo e que é objeto de discussões naquele Fórum, pelo menos desde 2007, a partir de quando passei a fazer parte. Aquela resolução (Resolução nº01), em que pese aprovada e ter por base sugestão do próprio MinC, constante da Nota Técnica nº....., nunca chegou a ser executada pelo MinC, havendo sido renovada em anos posteriores.

No ano de 2013, o Fórum tomou conhecimento que os critérios de distribuição ali relacionados haviam sido incorporados na Portaria nº....., dede dezembro de 2012, que aprova o PRONAC – Plano, do qual faz parte a destinação dos recursos do FNC. Ali havia a previsão do repasse de 75 milhões para estados e municípios, através de

transferências voluntárias (convênios), uma vez que a regulamentação do mecanismo de transferência fundo a fundo ainda não havia sido regulamentada.

Naquele momento, o FNSDC apresentou documento à Ministra, propondo que o MinC conveniasse com todos os estados, de acordo com os critérios aprovados na Portaria do PRONAC e que os convênios fossem viabilizados, ainda em 2013, para um efetivo exercício do Sistema Nacional de Cultura, em 2014. Infelizmente o MinC encerrou o ano sem dar qualquer resposta.

Nossa proposta era de exercício imediato do Sistema, através das transferências voluntárias **conforme assegurava a Portaria**, com relação ao Edital, o MinC poderia ter discutido, minimamente, com os estados, pois com certeza reforçaríamos a posição firmada no ano anterior: distribuição dos recursos disponíveis para todos, segundo critérios já definidos e **aprovados pelo CNPC**.

7) A justificativa do MinC para o edital referido, é que estava cumprindo o que a legislação determina, quando da criação do SNC. Qual a sua opinião à respeito?

O MinC formulou o Edital, a emenda constitucional ainda não foi regulamentada e não havia obrigação, para transferências voluntárias, da exigência do “sistema criado por lei”, que, o Ministério tinha conhecimento, só seria atendido por meia dúzia de estados.

Opinião sumária: posição obtusa, nada republicana, de quem resolveu desrespeitar determinação do CNPC e jogar o jogo com poucos!